

Informe econômico

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

Ano 12/nº 25

março/2011

- 2 Ignorância, ingenuidade e hipocrisia**
Samuel Costa Filho
- 11 Ela está de volta**
Antonio Carlos de Andrade
- 14 A gestão hídrica no semiárido do nordeste brasileiro**
José Lourenço Candido
- 19 O ingresso das mulheres no ensino superior no Piauí**
Elizangela Barbosa Cardoso
- 20 A batalha do Jenipapo no processo de independência do Brasil**
Antônio Carlos de Andrade e Zilneide O. Ferreira
- 27 Autogestão e economia solidária: dilemas e desafios nos empreendimentos do Piauí**
Solimar Oliveira Lima, Aritana Sousa Dutra de Melo e Bruno Batista de Carvalho Luz
- 33 Arranjos produtivos locais no Piauí: enfoque institucional e identificação**
Francisco Prancacio Araújo de Carvalho, Francisco de Assis Veloso Filho, Fernanda Rocha Veras e Silva e Ricardo Alaggio Ribeiro
- 40 Importância do APL no desenvolvimento sócio-econômico do Paraná: análise dos principais casos paranaenses**
Roberta da Rocha Rosa Martins, Sérgio Luiz Loução, João Carlos Baptista de Sousa e Belmiro Valverde Castor
- 45 Concentração industrial e bancária e restrição do crédito: estudo teórico da causalidade entre variáveis reais e financeiras a partir da hipótese da restrição do balanço de pagamentos de crescimento Kaldor**
James Dean Cardoso Leal
- 49 Resenha: Gramsci e seu "infinito laboratório"**
Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos



Os heróis do Jenipapo renasceram nos últimos anos. Espetáculos, sessões solenes, discursos políticos, livros, artigos, dentre outros registros, buscam manter viva a saga do enfrentamento ao controle português com sangrenta batalha no município de Campo Maior, em 1823. O Piauí entrava na história da independência do País, reafirmando o desejo de autonomia pelas mãos e força das camadas populares. Vencemos, dizem. Contudo, nada se fala de como nós, povo, perdemos a guerra na estruturação de uma nação e de um estado dominado por uma elite agrária. A quem e a que interessam a reabilitação daqueles combatentes? Memória e identidade piauiense, respondem alguns.

É certo. Mas é também investida neoconservadora para ajustar velhos interesses de hegemonia de classe em uma sociedade em crise que caminha para a fragmentação, ainda que mantidas vigentes as relações sociais. Nesses tempos, a força popular torna-se perigosa. Neles, o povo reconhece sua força; os dominantes e seus prepostos, apenas a força do perigo.

Vivas aos heróis, com pesquisas e reflexões sobre o ontem e o hoje! É o que propomos com mais este número do Informe Econômico. Boa leitura!

Prof. Solimar Oliveira Lima/DECON

IGNORÂNCIA, INGENUIDADE E HIPOCRISIA

Por Samuel Costa Filho*

São ancestrais as alianças que existem no capitalismo entre o poder do Estado e o poder das finanças. A história mostra, inclusive, que nos países do chamado mundo desenvolvido diversos bancos centrais descendem de bancos privados que financiavam o Estado em troca de favores especiais. Nesta época de domínio da globalização financeira, esta aliança entre o Estado capitalista e o capital financeiro foi fortalecida. A dinâmica rentista teve o apoio do Estado para a formação e o desenvolvimento desse novo ciclo do funcionamento e da valorização do capital.

Um Estado supostamente fraco, com aparência de Estado Mínimo, com apoio dos principais organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Organização Mundial do Comércio - OMC), atuou pesadamente viabilizando o processo de expansão da globalização financeira. Nessa realidade, o Estado utilizou maior força e poder na aplicação e viabilização do receituário neoliberal em favor do mercado financeiro global e em detrimento do setor produtivo e, principalmente, de seus cidadãos, objetivando, antes de tudo, atender às necessidades da reprodução do capital e à defesa dos interesses da classe financeira dominante. Tudo muito diferente da maneira como é apresentado pela ciência econômica ortodoxa, que não revela de maneira adequada o papel do Estado na sociedade capitalista.

Nessa visão, o Estado continuou sendo apresentado como instituição neutra que objetiva satisfazer às exigências da vida em sociedade e defendendo os interesses da nação. O governo está a serviço do povo e o Estado reflete os anseios do povo, com a premissa básica de manutenção da reprodução da sociedade e trabalhando em favor (e para a proteção) dos seus cidadãos.

Todavia, a realidade é outra. O Estado e as suas instituições atuam e contribuem para a reprodução da dominação do capital. Suas formas de atuação ao longo da história sempre foram

mutáveis, variando no tempo e no espaço. Na denominada Época de Ouro do Capitalismo, entre 1945 e 1970, em diferentes países da Europa, construiu-se o chamado Estado do Bem-Estar Social, devido ao momento histórico da dominação capitalista necessitar do apoio da classe trabalhadora para, simultaneamente, afastar a ameaça de revoluções comunistas e para conseguir a colaboração e cooptação dos trabalhadores. Contudo, este período da história foi apenas um momento particular do processo de valorização e acumulação capitalista (CHESNAIS, 2001).

A crise do capital na década de 1970 revelou e estabeleceu os limites da “utopia burguesa” de construir um capitalismo harmonioso, igualitário e justo. Esse modo particular de acumulação de capital de base social democrata chegou a seu limite histórico e, por não ser mais funcional à dinâmica do capital, começou a sofrer um processo de reestruturação que beneficiou o domínio do capital e da burguesia financeira. Foi o início de um período de constituição de um “admirável” novo sistema financeiro, que se expandiu em nível internacional, mudando as condições globais e permitindo baixas taxas reais de juros, políticas monetárias frouxas, inovações financeiras na busca de investidores excessivamente confiantes (WOLF, 2010a).

Esta mudança ocorreu a partir dos Estados Unidos da América (EUA), com Ronald Reagan e Paul Völker; e, na Inglaterra, com Margareth Thatcher. Dessas duas realidades, um Estado forte e suas instituições implantaram a nova ordem sob a dominância do capital rentista, que recolocou e submeteu a classe trabalhadora ao domínio de um capital sem limites e com grande mobilidade e liberdade de ação.

O controle do sistema capitalista pelo capital financeiro representou um retorno às políticas conservadoras e o Estado deu prioridade à aplicação de medidas que obrigavam a um retrocesso social e que levou os trabalhadores a atuar na defensiva, participando e exigindo parcelas

decrecentes da renda nacional. Nesse sentido, o Estado viabilizou reformas a favor do capital financeiro que possibilitaram o início da eliminação dos direitos sociais e das conquistas trabalhistas conseguidas pelas classes trabalhadoras pós-Segunda Guerra Mundial. O capital retornou à antiga política de exploração de classe típica do século XIX (CHESNAIS, 2010).

Essa dinâmica e dominância do capital financeiro ocorreram por intermédio de um processo engendrado via liberalização do capital, que não se resumiu apenas à linha comercial, mas incluiu o capital financeiro, o fluxo de investimentos produtivos, políticas que priorizavam a desregulamentação e o desmantelamento de instituições do Estado Social e que permitiram a constituição de instituições e políticas de defesa do interesse do capital financeiro (OMC, FMI, banco central Independente, política de metas de inflação, câmbio flexível etc.) que passaram a dominar a agenda.

A implantação deste programa neoliberal ocorre em cada país de diferentes maneiras, dado que a política neoliberal não é homogênea, depende do modo como ocorre a correlação de forças entre as classes dominantes de cada país, como esta burguesia nacional se coloca diante do processo de globalização financeira e como os organismos internacionais (FMI, OMC e Banco Mundial) conseguem impor esta agenda aos países da periferia do sistema capitalista.

A crise atual do capitalismo financeiro revelou não somente as fragilidades desse sistema financeiro especulativo erguido em meio à crise do capital, a partir dos anos 1970, mas também revelou os excessos praticados pelo sistema bancário sem controle e pelo sistema financeiro internacional. Revelou ainda, e principalmente, a ignorância, a ingenuidade e a hipocrisia do discurso econômico dos economistas de mercado formados pela corrente ortodoxa, que construíram teorias com o intuito de justificar e apoiar esta realidade.

A crise representa um vexame para os economistas liberais, os principais porta-vozes do mercado financeiro; principalmente se recordarmos que nos anos 90 do século passado, quando, diante da hegemonia do capital financeiro globalizado, os ideólogos do capitalismo desqualificavam críticas heterodoxas ou qualquer posição dos oponentes dessa dinâmica financeira, com adjetivos pejorativos, como se se tratasse de discurso jurássico, retrogrado,

ultrapassado etc. (SADER, 2010). Ganhou fama até um intelectual orgânico, de triste memória, que chegou a pregar o fim da história.

O Estado, que até então era apresentado como ineficiente, gigante, teve que socorrer com urgência o capital financeiro diante da crise iniciada no coração do capitalismo, ou seja, nos EUA. Um vexame maior foi verificar e aceitar que se o Estado não tivesse auxiliado e salvado o “eficiente” mundo das finanças, as consequências para o sistema capitalista seriam ainda mais graves. Nessa realidade, foi novamente o famigerado *deficit* público que na verdade ajudou a economia mundial e salvou não somente os Estados Unidos, mas também diversos países da Europa desenvolvida, de apresentar uma depressão ainda mais profunda.

Acontece que os economistas de mercado, os liberais porta-vozes do mercado financeiro, os operadores de mercado e outros combatentes das tropas financeiras, contando com a ingenuidade da maioria dos cidadãos e apoiados na ignorância e na hipocrisia de suas visões ideológicas do funcionamento e da dinâmica da sociedade capitalista, conforme explica Santos (2010), tentam agora criar e constituir um novo engodo, um “senso comum” para explicar o retumbante fracasso do capital financeiro e do capitalismo neoliberal. Segundo o novo discurso do mercado, a crise é consequência de um período de esbanjamento da sociedade, que estava vivendo acima das suas possibilidades. Tratava-se de um período de bonança insustentável para as possibilidades da economia, e agora é hora de começar e ter como norma o processo de transferência de riqueza para os ricos, apoiados no discurso da austeridade, com aparência de “sofrimentos compartilhados”.

Segundo esta justificativa, a crise financeira atual revela que a sociedade terá que pagar a conta pelo esbanjamento, com a economia entrando em um período de austeridade e os cidadãos necessitando enfrentar e aguentar os remédios amargos que estão sendo adotados. A responsabilidade da crise, que é privada, é assumida pelo setor público e, conforme acontece nas crises do capital, a conta deve ser socializada e, nessa conjuntura, em proveito e na defesa do capital financeiro.

O discurso em defesa do capital financeiro tem sido repetido e difundido pelas principais agências financeiras internacionais porta-vozes do mercado financeiro, pelos operadores de mercado e outros combatentes das tropas financeiras e até pela

grande maioria dos governos dos países desenvolvidos, que a cada dia estão mais conservadores. Estes apresentam a crise financeira como uma farra de consumo, do fim de um período de bonança e bem-estar vivido pela sociedade, pelas empresas e pelo próprio Estado - com este último, como sempre, gastando demais.

Os analistas de mercado tentam convencer a todos que a sociedade viveu acima das suas posses e endividou-se excessivamente. A crise é a consequência das dívidas contraídas e essas dívidas têm que ser pagas. Os bancos pretendem que acreditemos que não fizeram empréstimos ruins. Tentam criar uma realidade diferente. Desse modo, a estratégia do sistema financeiro foi esconder as perdas e fazer com que os governos paguem as contas em favor do sistema financeiro. Esta atitude encobre as alterações nos critérios contábeis e demais decisões objetivando viabilizar os denominados ativos podres decorrentes dos empréstimos que o próprio sistema financeiro sabia não possuir capacidade de serem honrados pelos devedores no curto prazo.

Entretanto, mesmo não desconsiderando as enormes fraudes praticadas no sistema financeiro internacional, a crise é o resultado lógico da dinâmica e do funcionamento do capitalismo rentista, que originou uma abundância de liquidez barata, sem controle, sem regulamentação e sem qualquer disciplina financeira. A lógica rentista alimentou a liquidez e a especulação no mercado de *commodities*, no mercado de dívida soberana, no mercado imobiliário e com derivativos etc., propagando vagarosamente a crise por todo o capitalismo. O sistema financeiro transformou a grande maioria da população em especuladores altamente alavancados e sem condições de honrar os compromissos no curto prazo. E com o fim da exuberância irracional promovida pela internacionalização do capital os bancos transferiram os custos de suas estripulias e incompetência para os governos (BELLUZZO, 2010).

Nessa realidade, o sistema financeiro deixou de servir e atuar para viabilizar a produção e se tornou elemento dominante da lógica de funcionamento da dinâmica do mundo capitalista rentista. A farra do capital especulativo portador de juros levou a uma crise que foi prontamente combatida pelos Estados, que concederam empréstimos de emergência para tentar estabilizar os mercados. Assim, o Estado assumiu seu papel histórico,

aplicando a política de socialização dos prejuízos e ficando com as dívidas, e os credores não arcando com qualquer prejuízo, revelando que não foi a irresponsabilidade fiscal e o gasto do Estado do Bem-Estar Social o problema da Zona do Euro.

Em decorrência da atuação do Estado, como vítima da farra financeira e da orgia de endividamento público e privado, os países da União Europeia (UE) têm vivido uma situação bem conhecida dos países latino-americanos: crise da dívida soberana. Não é surpresa, portanto, que em meio à crise cresça o conservadorismo e imperem medidas de cunho ortodoxo liberal que exigem corte de gastos sociais e medidas de austeridade fiscal, de política recessiva, que, postas em prática, beneficiam apenas ao capital rentista. Aparece novamente um Estado ineficiente e perdulário que, para arcar com seus compromissos de classe e salvar o capital financeiro, tem que cortar os gastos sociais e reduzir os serviços públicos, despedir funcionários públicos, diminuir salários e eliminar prestações sociais.

A verdade a ser encoberta é a de que foi o Estado Capitalista que socializou os prejuízos com as medidas de salvação do capital financeiro, transferindo os prejuízos para a coletividade. Nos países onde a crise é mais grave, os cidadãos estão sendo enganados pelas ideias de austeridade e de sacrifícios compartilhados. Criou-se uma mentira que encobre que a crise é do capital financeiro desregulado, que no período de bonança aparecia extremamente lucrativo, poderoso e forte demais para quebrar. Os mercados ignoraram os riscos no período de expansão e, na crise, os governos se obrigaram a salvar o sistema via dívida pública.

Este sistema financeiro internacional, ao apresentar graves dificuldades e provocar um imenso rombo financeiro na economia mundial, conseguiu rapidamente a ajuda dos Estados para salvá-lo da bancarrota, ou seja, da sociedade e dos cidadãos, tomando clara a aliança que existe entre o capitalismo rentista e o poder do Estado. Durante esta crise, o sistema financeiro não mudou sua dinâmica nem foi minimamente regulamentado; assim, estes piratas das finanças estão novamente enchendo seus cofres com o sacrifício da sociedade, via dívidas soberanas, demonstrando que não aprenderam nada com esta crise (SANTOS, 2010).

Os pacotes de ajuda realizados pelos Estados, portanto, não procuram mudar nada na dinâmica da

economia financeira mundial e, desse modo, a UE não consegue reduzir o risco de contágio que atinge os Piigs (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha). Todavia, ao aceitar as regras impostas pelos piratas das finanças, a UE provoca a manutenção da queda no nível de crescimento e no emprego e não contém o contágio. À quebra da Irlanda segue-se a da Grécia, que será acompanhada em breve pela de Portugal e da Espanha. A Itália e a própria Inglaterra também não estão isentas.

O Estado, a quem supostamente cabia e deveria domesticar os mercados financeiros, criando regulamentação adequada, continuou na sua missão de subserviência ao capital financeiro, não produziu reformas significativas e, como consequência, muitos dos governos que salvaram o mercado financeiro mundial estão sendo intimidados por estes mesmos mercados, via dívida pública, que foi criada para salvar os lucros desse capital financeiro.

No EUA, na UE, China, Japão etc., diante da crise do capital financeiro, ocorreram respostas individualizadas e neoconservadoras, provocando a eclosão de graves conflitos comerciais e monetários entre países, com a chamada “política de empobrecer o vizinho”. Nesse contexto, não é surpresa a fraca recuperação da economia dos Estados Unidos e que a Comissão Europeia, corretamente, já faz sua previsão de que o crescimento da UE desacelerará em 2011 e 2012.

O problema da crise do capital financeiro se transmuta e aparece como sendo problema do famigerado *deficit* público, que deve ser imediatamente reduzido ou controlado. Esta atitude retrógrada, neoconservadora da UE, entretanto, somente servirá para castigar suas economias com baixo crescimento e alto desemprego. Estas medidas de contenção dos estímulos fiscais, de preocupação com a dívida pública irão apenas manter por muito mais tempo e até aprofundar a crise global. Assim, não resta a menor dúvida de que a crise do capital financeiro continuará por um bom tempo (KRUGMANN, 2010a).

Para alguns, durante o período de bonança, os governos perderam uma ótima oportunidade de adotar políticas e medidas duras e fazer com que os mercados financeiros pagassem a conta (ROSSI, 2010b). Entretanto, os Estados nunca tiveram o objetivo de domesticar as finanças internacionais. Agiram sob pressão e foram incapazes de realizar as reformas estruturais

adequadas para, no mínimo, viabilizar um novo ciclo de crescimento capitalista. Como quase nada foi feito e ocorreu uma diminuição no ímpeto reformista das finanças mundiais, logo a confiança e dominância dos mercados financeiros retornaram.

A ortodoxia de mercado procura então difundir o consenso de que o aperto fiscal é a solução mais eficaz para promover o crescimento da economia mundial. Deliberadamente, esquece Keynes (1982), que demonstrou como em uma conjuntura de crise a melhor solução é o Estado investir, gastar, criar emprego, tributar os ricos, regular a economia e o sistema financeiro. É somente dessa maneira que a economia sai da crise e que a política beneficia a todos.

A Europa, diante da crise financeira, seguiu e apresentou a resposta mais conservadora, burocrática e retrógrada possível à crise global. A “resposta” da UE sempre foi a pior possível. Comandada pela Alemanha, apoia-se na ideia de que os estados-membros devem responder a esta crise grave do sistema financeiro cortando despesas, diminuindo direitos sociais e reduzindo os serviços públicos, de modo a permitir o pagamento e a remuneração dos credores do Estado (WOLF, 2010b). Essa realidade serve para mostrar que nada mudou no mundo das finanças, reafirmando as medidas de pilhar os incautos países que caíram nessa armadilha.

Nos EUA não é diferente. Os americanos estão sendo chamados a pagar a conta no lugar do mercado financeiro. Com a crise, aumentou a fila por alimento nos EUA e, relatório contra a fome, da Feeding America, de 2010, mostra que entre 2006 e 2009 mais de 12 milhões de norte-americanos passaram a receber caixas emergenciais de comida (MURTA, 2010), enquanto os que se beneficiaram da ajuda do Estado com os gastos de *deficit* público foram os arquirricos, a parte mais alta da pirâmide econômica, que representa apenas 2% da população e que recebe atualmente aproximadamente três quartos de todos os excedentes (lucros, rendas e ganhos de capital) que produzem a riqueza nacional. Isso representa quase o dobro do que esta minoria recebia na geração anterior (HUDSON, 2010).

Hipocrisia, ignorância e ingenuidade fazem desenvolver e difundir uma atitude moralista via movimento Tea Party nos EUA. Cresce um sentimento moralista que ecoa não apenas nos Estados Unidos, mas também em boa parte do mundo capitalista desenvolvido. Cada vez mais eleitores nos EUA e na Europa estão sendo convencidos de que esbanjaram demais e que

precisam ser castigados. Desse modo, os Estados devem reduzir gastos e apertar os cintos e a população deve pagar a conta pela crise do capitalismo financeiro (KRUGMAN, 2010a).

Esse crescimento do conservadorismo parece revelar não existir alternativas para lidar com esta crise do capitalismo; que outra solução não parece hoje possível. Como tal decisão passa pela esfera e política do Estado, este, sob o comando dos que controlam o sistema financeiro, ou seja, dos principais beneficiários do sistema, não tem apresentado interesse e força para realizar políticas alternativas. Assim, as políticas recomendadas são neoconservadoras e consistem em enfraquecer e dilapidar ainda mais o Estado de Bem-Estar (saúde, educação, pensões, previdência social), onde quer que ele ainda exista, e debilitar também a classe trabalhadora, para que os trabalhadores se vejam obrigados a aceitar qualquer tipo de trabalho nas condições e com remuneração impostas pelos que comandam o capital.

A história do ano de 1929, com a crise econômica e a política de cortes e medidas de austeridade adotadas pelo governo, mostrou que esta saída conservadora usada pelo capitalismo agravou a crise global e levou a economia mundial a enfrentar uma depressão profunda, que suscitou desemprego em massa, guerras comerciais, ondas de nacionalismo, xenofobismo, até chegar ao fascismo e ao nazismo. Resultado: se continuar essa estratégia, levará ainda mais tempo para que a economia mundial volte a se recuperar.

Na Inglaterra, conforme demonstra Viv Smith (2010), a política de emprego de dominância conservadora já começou a lançar um ataque brutal às pessoas desempregadas para desviar as críticas dos verdadeiros parasitas: os ricos. O governo britânico anunciou que os desempregados (considerados parasitas sociais, desempregados irresponsáveis) que devem solicitar auxílio terão que realizar trabalhos não remunerados - caso neguem-se a fazê-los, perderão o subsídio.

O programa inglês apoia-se na ideia conservadora de que existem muitos postos de trabalho disponíveis e que os desempregados são parasitas, preguiçosos e culpados por não estarem se esforçando para conseguir um posto de trabalho. Todavia, diante dessa realidade, o objetivo que se camufla é a intenção de eliminar postos de trabalho e cortar custos das empresas, que passarão a utilizar mão de obra praticamente gratuita, substituindo trabalhadores sindicalizados por indivíduos desempregados, como bem mostra a

experiência anterior realizada nos EUA.

Nesse capitalismo rentista, os ingleses milionários e conservadores apresentam os desempregados como culpados e não mais como as vítimas do sistema capitalista rentista. Invertem a lógica de explicação da teoria econômica que Marx desmistificou, mostrando que os autênticos beneficiários do sistema capitalista e os principais responsáveis pela sua dinâmica são os capitalistas. E, com a internacionalização do capital, é o setor rentista o principal ganhador.

Ninguém cobrou dos bancos a sua parte pela imensa confusão em que se envolveram no planeta inteiro com suas aventuras financeiras. No discurso hipócrita, a crise irlandesa é antes e acima de tudo uma crise do seu sistema bancário e imobiliário. Esta ingênua “realidade” é tão evidente que constitui um novo “senso comum”. E, no entanto, ela só é real na medida em que encobre bem outra realidade: a Irlanda foi vítima da onda de liberalismo extremado e da sua bolha especulativa que gerou a crise, provocada por um sistema financeiro empolado, desregulado, chocantemente lucrativo e muito poderoso. Com isto, os Estados, já endividados, endividaram-se mais, tiveram de recorrer ao sistema financeiro que tinham acabado de resgatar e, este, porque as regras do jogo não foram, entretanto, alteradas, decidiu que só emprestaria dinheiro nas condições que lhe garantisse lucros fabulosos até à próxima explosão (ROSSI, 2010b).

As agências de classificação de créditos, que foram omissas na avaliação de riscos privados de crédito, agora se tornaram rigorosas na avaliação das formas de risco soberano. Os governos aguardam os pronunciamentos dessas agências, que antes eram alvo de intensas críticas desses mesmos governos. A virada é chocante. Os mercados financeiros que foram salvos pelo Estado passaram a exigir de Portugal e da Espanha taxas de juros ainda mais elevadas para a rolagem de suas dívidas. Na Grécia, em Portugal e na Espanha, é também chocante quando as medidas brutais que estão violando o Estado do Bem-Estar Social são adotadas por partidos “socialistas”.

Como o Estado capitalista funciona em favor da acumulação e em benefício das classes dominantes, este não procurou solucionar adequadamente o problema, de modo que, hoje, o mercado leva o melhor aluno (Irlanda) do neoliberalismo na UE à bancarrota. Este diligente discípulo do Consenso de Washington foi à

nocautado devido aos excessos do sistema financeiro sem controle e porque os governantes não tiveram o objetivo de enfrentar o sistema financeiro ao longo do desenvolvimento inicial da crise. Acontece que existe alternativa. Há outra solução. Mas veja o que realizou o “Tigre Celta” (Irlanda).

O problema da Irlanda não foi criado por gasto público irresponsável. Não é apenas a crise das políticas neoliberais, é uma crise da globalização financeira que antes era apresentada de maneira ufanista, com um processo de globalização que desenvolvia necessariamente a “solidariedade”; uma ignorância sobre a lógica de funcionamento do capital, uma ingenuidade sobre a concorrência do capital em nível internacional e uma hipocrisia da propaganda dos economistas ortodoxos.

A Irlanda foi o melhor aluno europeu, sempre aplicando as políticas neoliberais, apresentando inclusive superávits fiscais nos cinco anos anteriores à crise do capital financeiro. Quando a crise dos bancos privados explodiu e levou os bancos à bancarrota, estes somente não fecharam as portas porque o governo os amparou com os recursos necessários, que resultou em elevados *deficits*.

A Irlanda, no período de 1990 a 2003, apresentou um crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,7% (CARDOSO; CORRÊA; LIMA, 2010). Este forte crescimento possibilitou comparar a Irlanda aos denominados “Tigres Asiáticos”, de tal modo que os neoliberais, exultantes, denominavam a Irlanda de “Tigre Celta”. Os analistas de mercado, os economistas ortodoxos e a grande maioria dos jornalistas econômicos costumavam apresentar o caso da Irlanda como o exemplo do sucesso das políticas de reformas liberais. A Irlanda eficazmente teria reduzido a intervenção estatal e aumentado as liberdades individuais.

As publicações de caráter “liberal” exultavam o sucesso irlandês como decorrência da liberalização da economia. A Irlanda possuía um Estado equilibrado e reduzido, apresentava uma baixa carga tributária, tendo ainda criado instituições que garantiam o respeito aos contratos, às leis e à propriedade intelectual e que não mais permitiam forte regulação do Estado.

A Irlanda era assim apresentada como um país de liberdades individual e liberal; um país que assegurava a livre-iniciativa e estimulava agressivamente o capital internacional. Assim sendo, foi a implementação do receituário e da

política neoliberal a grande responsável por seu sucesso (BERTONHA, 2010).

No mundo da globalização financeira, a economia irlandesa se colocou com elevado grau de abertura econômica, com a sua economia sendo uma das mais globalizadas do mundo. Sua economia apresentava mais da metade de seus setores produtivo e financeiro sob comando do capital estrangeiro. Em 2004, o setor de serviços representou 66% do emprego, a indústria 28% e 6% para a agricultura (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2007).

No turbilhão da crise irlandesa, os apologistas liberais apresentam hoje uma explicação da crise da Irlanda como decorrente da crise do setor imobiliário, dos serviços financeiros e da contração de crédito para o setor privado, com um roteiro semelhante ao ocorrido nos Estados Unidos: a bolha imobiliária estourou, os bancos foram contaminados e a economia real está sofrendo (LEITÃO, 2010a). Todavia, a farra de crédito e empréstimo na UE, no auge da supremacia da financeirização da economia, era tal que o endividamento das famílias e das empresas em países como Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia e Reino Unido variaram entre 130% e 255% do PIB, entre os anos de 1990 e 2000. O endividamento privado apresenta níveis alarmantes em toda Europa, nos EUA e no Canadá. Estes dados expressam bem o risco que o sistema financeiro internacional estava exposto (ANDREI NETTO, 2010).

Devido à crise, apesar de todo sucesso e apoio ao liberalismo, a Irlanda não escapou do *default*. Mesmo sendo o melhor aluno europeu das políticas neoliberais, a Irlanda foi reprovada. O Estado irlandês tentou salvar o capital rentista e atuou na linha recomendada pelos economistas de mercado e, ainda assim, foi penalizado. Sua resposta atual não irá salvar os outros Piigs do saque a ser realizado pelos piratas do capital financeiro. Os insaciáveis piratas do capital financeiro logo irão atracar em outras terras.

A Irlanda foi o primeiro país da Zona do Euro a cair em recessão em 2008, após o estouro de sua bolha imobiliária. Em 30 de setembro de 2008 foi a Irlanda um dos primeiros países a reagir ao colapso do banco de investimento do Lehman Brothers, aprovando a garantia de 400 bilhões de euros do passivo em seis bancos irlandeses. Este pacote foi posteriormente aumentado para 485 bilhões de euros para cobrir também os buracos de bancos

estrangeiros com operações na Irlanda. Em 21 de dezembro do mesmo ano, a Irlanda novamente concordou em injetar 5,5 bilhões de euros em três de seus principais bancos e passou a controlar o Anglo Irish Bank (CARDOSO, 2010).

Devido à aplicação da política de socialização dos prejuízos e de defesa do capital financeiro, em 30 de março de 2009 a empresa de *rating* Standard and Poor's reduziu a classificação do crédito da Irlanda de AAA para AA+ e afirmou que esta classificação poderia cair ainda mais, em um sinal de que não confiava no esforço do governo irlandês de manter as finanças públicas sob controle. Na mesma linha, a empresa de *rating* Fitch tirou a Irlanda da sua classificação de crédito AAA, em 8 de abril de 2009, reduzindo-a AA-plus. Nesse mesmo dia, o governo irlandês estimou em 10,6 bilhões de euros os cortes de gastos para 2010-2011, previu um aumento adicional de impostos de 3,25 bilhões no período e aprovou um orçamento de emergência, o segundo em seis meses. Em 9 de dezembro de 2009, o novo orçamento da Irlanda para 2010 previu uma economia de mais de 4 bilhões de euros, reduzindo empregos do setor público e benefícios sociais para tentar conter o *deficit* crescente. Todavia, em 19 de julho de 2010, foi então a empresa de *rating* Moody's que reduziu a classificação de crédito da Irlanda em um ponto, para Aa2, dizendo que o país enfrentava problema de lentidão na saída da recessão. E, em 25 de agosto de 2010, novamente a Standard and Poor's diminuiu o *rating* de longo prazo da Irlanda em um ponto, para AA-e, e apresentou uma perspectiva negativa para a Irlanda no que diz respeito à gestão da dívida pública (O GLOBO, 2010).

Em 30 de setembro de 2010, o governo da Irlanda colocou mais de 50 bilhões de euros para resgatar seus bancos e anunciou que teria que elevar mais a poupança orçamentária. Em 6 de outubro de 2010, a Fitch reduziu o *rating* de crédito da Irlanda de A+ para AA e também colocou a sua classificação em perspectiva negativa. Diante de toda essa crise, a Irlanda disse não ter necessidade de ajuda, por acreditar que a confiança do mercado seria restaurada. Entretanto, em 21 de novembro de 2010, os ministros das Finanças da UE receberam o pedido de ajuda da Irlanda e, em 22 de novembro de 2010, representantes da UE e do FMI começaram a detalhar o pacote de "ajuda". A ajuda à Irlanda representou 32% do seu PIB, com previsão de a dívida pública subir para 93% em 2010, superando

a marca dos 100% em 2011. Desse pacote de ajuda, o capital financeiro continua sendo premiado com uma ajuda imediata. Serão repassados de 8 a 12 bilhões aos bancos, que, desde 2008, já receberam uma ajuda de 12 bilhões em setembro, perfazendo um total de 45 bilhões de injeção neste sistema (O GLOBO, 2010).

Como se percebe, para o mercado financeiro de nada adiantou o grande auxílio recebido pelo sistema bancário com o início da crise e, muito menos, com os êxitos de toda política liberal e superávits fiscais conseguidos com muito esforço nos últimos 20 anos pela Irlanda. Tudo foi por água abaixo em apenas três anos, de 2008 a 2010. A colunista de O Globo, Mirian Leitão (2010a), uma importante representante do discurso dos economistas de mercado junto à grande mídia brasileira, procura resposta para o que classifica "mistério irlandês". Objetiva responder como o "mercado" penalizou um país que foi apontado como exemplo durante anos e que cresceu em ritmo chinês e que está em recessão, com deflação, e com risco de dar calote na dívida.

O melhor aluno da classe está em recuperação. Por 20 anos, a Irlanda foi exemplo de disciplina fiscal: reduziu a dívida pública de 108% do PIB, em 1986, para 25%, em 2007 (gráfico). O PIB cresceu em média 7,4% ao ano de 1995 a 2007. Falava-se de milagre irlandês. O país era apontado como exemplo e havia mil explicações para o seu sucesso (LEITÃO, 2010a, s./p.).



Fonte: Mirian Leitão (2010a)

A resposta de Leitão (2010a, s./p.), como a dos economistas de mercado, põe a culpa nos irlandeses, que terão de fazer sacrifício devido à irresponsabilidade pelo gasto no período de bonança:

Os países em suas tragédias econômicas parecem todos iguais. Os bancos emprestaram irresponsavelmente, as pessoas foram ficando mais endividadas, pensando que estavam ficando ricas. Quando a bolha estoura, os ativos entram em queda livre, o governo aumenta os gastos para salvar os bancos e evitar o colapso da economia. Por causa do socorro, o déficit aumenta, os

governos têm que pagar juros altos nas suas dívidas, as agências de rating rebaixam a avaliação dos países, alguma entidade estrangeira resgata o país e impõe ajustes. A dívida sobe mais ainda e os bancos exigem mais juros para rolar a dívida.

Por esta explicação, as farras do capital financeiro e da política de liberalismo extremado, que foram, pelo Estado, transformadas em dívida pública, têm que ser socializadas e pagas pelo cidadão. O Estado deve cortar os gastos e reduzir os serviços públicos, despedindo funcionários, reduzindo salários e eliminando serviços sociais. Este é o discurso dos economistas de mercado procurando difundir política de austeridade em benefício do capital financeiro.

O professor José Márcio Camargo (apud LEITÃO, 2010b), da PUC-Rio, é um dos muitos economistas que alimentam as ideias de Leitão: não vê saída para os europeus, a não ser uma moratória negociada da Irlanda, Portugal, Espanha e Grécia com seus credores, de modo a acertar novos prazos e juros para o pagamento das dívidas. Todavia, no caso da Irlanda, como governo endividado, e no contexto atual, não existe outra saída para o governo irlandês a não ser aplicar as medidas de austeridade do FMI (LEITÃO, 2010b).

Freire (2010, s./p.), articulista da Folha, conseguiu explicar esta questão melhor que os grandes profissionais de mercado que municiam de informações Miriam Leitão:

Em suma, o setor mais sofisticado e rico das finanças mundial, Wall Street e agregados, investiu de modo irracional e incompetente, quando não abertamente picareta, e quebrou. O governo bancou seus prejuízos, direta ou indiretamente. A fim de evitar uma depressão brutal, os Estados tiveram de gastar mais dinheiro, de fazer dívida a fim de bancar os "pacotes de estímulo fiscal". Dívida a ser paga com impostos.

A banca, agora, sorri balofa como numa gravura expressionista. Os governos, por sua vez, agora começam a apertar o cinto. Reduzem a duração do seguro-desemprego, cortam serviços de saúde, aumentam o preço das mensalidades de universidades públicas.

Essa história de socialização de prejuízos dos "mercados eficientes" é recorrente, já se repetiu em farsa, em pastelão e, agora, é rerepresentada com cinismo desmedido. Espantosamente, quase ninguém liga.

Acontece que o discurso conservador apresenta sempre a mesma resposta: diante de uma crise fiscal: o devedor deve pagar ou, então, renegociar. Todavia, uma pergunta necessita de resposta: com esse pacote de ajuda, a Irlanda põe fim à crise?

Faço minhas as palavras de Rossi (2010b, s./p.): "Nem em sonho". Pode até acalmar os corsários do mercado financeiro por eles ficarem seguros de que receberão da Irlanda o que esta lhes deve.

Acontece que "Os corsários já puseram proa rumo a Portugal e Espanha, dois outros países endividados, o que significa que acabam deixando cair gotas de sangue que atraem as piranhas do mercado" (ROSSI, 2010b, s./p.).

O Financial Times (2010) já se deu conta de que a solução da crise na Irlanda não resolve os problema na UE e de que a crise soberana pode se espalhar pelo continente europeu. Em editorial, nota que o contágio da dívida soberana praticamente não está mais sendo contido. Assim, a UE não pode proteger a Espanha, a próxima vítima. E não somente a Espanha. Se a situação de liquidez se agravar outros países poderão seguir pelo mesmo caminho, pois o sistema europeu não possui uma ferramenta de crédito suficiente para conter o contágio. Krugman (2010b, s./p.) também já percebeu a dinâmica do mercado especulativo e financeiro de pilhar os países, e afirma: "Grécia, Irlanda e Portugal são meras 'tapas', Espanha é o prato".

Nos EUA, George Akerlof, prêmio Nobel de Economia, afirmou que a negligência em castigar os delinquentes do sistema financeiro e como ainda resgatá-los cria incentivos para que o sistema cometa mais delitos econômicos, o que provocará uma destruição futura da economia. Joseph Stiglitz, também Nobel de Economia, afirmou coisa semelhante (CARTA MAIOR, 2010). Afinal, quando vão ser implementadas as medidas de "eutanásia do rentista", conforme pensava Keynes?

Existem opções para a Irlanda (WOLF, 2010c).

Muitas; e não irei enumerá-las. Mas, acima de tudo, é uma decisão política. A Argentina provou que para lidar com os piratas arrogantes dos mercados financeiros a alternativa é o não pagamento. O calote, embora não seja a melhor opção, revela ser a melhor alternativa quando se compara com os elevados custos sociais do prolongado período de desemprego e com as consequências que a alternativa de austeridade imposta pelo mercado irá provocar. A Argentina provou também que o calote não representa o fim do mundo. Apresenta impacto inicial forte, mas depois dá margem a uma fase de forte crescimento.

Porém, o governo da Irlanda certamente prefere adotar medidas conservadoras de austeridade para lidar com a crise econômica no país. Medidas severas, pois o governo irlandês vai reduzir os gastos em bem-estar social, enxugar custos no setor público e elevar impostos. Na Irlanda liberal, o governo pretende diminuir o número de servidores públicos em 24.750. Ao irlandês caberá então uma nova rodada de sacrifícios (MARTINS, 2010). Por outro lado, como a aliança entre o Estado e o capital financeiro permanece, este novo pacote de socorro governamental objetiva nacionalizar total ou parcialmente todos os cinco maiores bancos da Irlanda, ou seja, nova socialização dos prejuízos (O GLOBO, 2010).

O economista Joseph Stiglitz (apud CALDEIRA, 2010) afirma que, na atualidade, os economistas responsáveis pelas principais economias do mundo são, no fundo, profissionais de terceira linha graduados em escolas de primeira linha e que não aprenderam nada com as lições das crises anteriores. A ignorância, ingenuidade e hipocrisia continuam contaminando e predominando na UE, que, com o discurso conservador e ideias ultraliberais em voga, está transferindo renda para os ricos no afã de manter os privilégios e o sistema de especulação financeira. Este sistema continua e está à caça, procurando novos governos culpados e incautos para castigar.

Permanece o predomínio do “lixo econômico” da era pós-moderna, individualista, consumista e egoísta que prioriza o pagamento de juro. Continua a dominância da lógica financeira do pagamento de juro via transferência de recursos aos bancos pelo seu privilégio e poder de emitir crédito. Esse sistema financeiro, que se esbaldou nos anos de elevada especulação financeira, já foi até agora agraciado com medida de salvamento no valor de aproximadamente 13 bilhões de dólares. Por outro lado, os direitos sociais, trabalhistas e democráticos são abandonados devido ao aumento do conservadorismo ●

Referências

- ANDREI NETTO. *Dívida privada é ameaça para o Europa*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100613/not_imp565745,0.php>. Acesso em: 13 jun. 2010.
- BELLUZZO, L. G. Solavancos na eurolândia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online], 02 maio 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde02052010.htm>>. Acesso em: 02 maio 2010.
- BERTONHA, J. F. *Modelos para o Brasil*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/079/79bertonha.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2010.
- CALDEIRA, I. *Regulação do sistema financeiro evitaria crise, diz Stiglitz*. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/regulacao+do+sistema+financeiro+evitaria+crise+diz+stiglitz/n1237833870247.html>>. Acesso em: 22 nov. 2010.
- CARDOSO, J. *Redução de gasto e aumento de impostos guiam planos da Irlanda*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/11/24/reducao-de-gastos-aumento-de-impostos-guam-plano-da-irlanda-923096832.asp>>. Acesso em: 24 nov. 2010.
- CARDOSO, F.; CORRÊA, D.; LIMA, G. T. *Mudança estrutural, desenvolvimento institucional e crescimento econômico sustentado*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010131572009000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 nov. 2010.
- CHESNAIS, F. Apresentação. In: FARIAS, F. B. A *globalização e o estado cosmopolita*. São Paulo: Cortez, 2001.
- CARTA MAIOR. *Stiglitz: Ou mandamos os banqueiros para a prisão, ou a economia não vai se recuperar*. 13 dez. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17257>. Acesso em: 14 nov. 2010.
- FINANCIAL TIMES. Praga financeira permanece ameaçando os mercados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online]. 28 nov. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2811201016.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2010.
- FREIRE, V. T. Bolha assassina, vampiro de almas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online]. 14 nov. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/inde14122010.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2010.
- HUDSON, M. A rendição de Obama aos super-ricos. *Carta Maior*, São Paulo [online]. 26 nov. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17216>. Acesso em: 26 nov. 2010.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- KRUGMAN, P. *Moralismo, ignorância e ... depressão*. 16 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2010/11/16/moralismo-inveja-e-depressao/>>. Acesso em: 18 nov. 2010a.
- KRUGMAN, P. *Grécia, Irlanda e Portugal são meras “tapas”, Espanha é o prato*. Disponível em: <http://economico.sapo.pt/noticias/grecia-irlanda-e-portugal-sao-meras-tapas-espanha-e-o-prato-principal_105601.html>. Acesso em: 29 nov. 2010b.
- LEITÃO, M. *As crises são iguais*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2010/11/23/as-crises-sao-iguais-343098.asp>>. Acesso em: 23 nov. 2010a.
- LEITÃO, M. *O pano de fundo*. Disponível em: <<http://oglobo.com/economia/miriam/>>. Acesso em: 21 nov. 2010b.
- MARTINS, A. *A Europa em marcha-ré*. Disponível em: <<http://www.ponto.outraspalavras.net/2010/11/23/a-europa-em-marcha-a-re/>>. Acesso em: 24. nov. 2010.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Departamento de Promoção Comercial. *Como exportar*. Irlanda. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/comercio_exterior/docs/Irlanda.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

MURTA, A. Crise aumenta fila por alimentos nos EUA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online], 22 fev. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde22022010.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

O GLOBO. *A linha do tempo da crise Irlandesa*. Rio de Janeiro, 24 nov. 2010 [online]. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/11/24/a-linha-do-tempo-da-crise-na-irlanda-923095091.asp>>. Acesso em: 24 nov. 2010.

ROSSI, C. Irlanda, de tigre celta a dominó no cassino. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online], 15 nov. 2010a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/834331-os-bancos-tem-que-pagar.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2010.

ROSSI, C. Os bancos têm de pagar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online], 22 nov. 2010b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/834331-os-bancos-tem-que-pagar.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

SADER, E. *O que teria sido, se não fosse*. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/fora-de-pauta-83>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

SANTOS, B. S. A história da austeridade. *Carta Maior*, São Paulo [online]. 15 nov. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17188>. Acesso em: 20 nov. 2010.

SMITH, V. *Inglatera: castiguem os ricos, não os trabalhadores*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17189>. Acesso em: 18 nov. 2010.

WOLF, M. *A solução para a crise imobiliária americana não é uma boa para ser seguida*. 10 set. 2008. Disponível em: <www.spinclubes.com.br/martin_wolf_a_solucao_para_a_crise_imobiliaria_americana_nao_e_uma_boa_para_ser_seguida_doc.doc>. Acesso em: 20 nov. 2010.

WOLF, M. Irlanda muda perspectiva alemã. *Valor*, 24 nov. 2010a. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2010/10.11.Irlanda_muda_perspectiva_alema.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2010.

WOLF, M. Crise da Irlanda é teste para europeus. *Valor*, 01 dez. 2010b. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2010/10.12.Crise_da_Irlanda_e_teste_para_europeus.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

*** Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Mestre em Economia (CAEN/UFPA) e Doutorando em Políticas Públicas (UFMA)**

ELA ESTÁ DE VOLTA

Por Antonio Carlos de Andrade*

A geração atual não a conheceu, mas durante muitos anos Ela - a inflação - esteve entre nós. Na verdade, Ela se instalou entre nós no final dos anos cinquenta e por quase todos os anos sessenta. Fingiu que tinha ido embora e esteve por aí escondida por trás do mecanismo da correção monetária para voltar em meados dos anos setenta e se hospedar em nossas casas como um ser indesejado. O seu reinado foi mais sentido no final do governo Sarney, quando chegou a atingir mais de 80% ao mês. Tomou fôlego novamente e se instalou por definitivo na economia brasileira até ser despejada de vez pelo governo de Itamar Franco. E já fora tarde demais. Foram quase 40 anos bagunçando a vida econômica de toda uma população.

De nada adiantou os diversos planos para contê-la: Planos Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Feijão com Arroz, Plano Verão e Plano Collor. Em matéria de excentricidade, os

economistas brasileiros batiam com cada plano o recorde mundial de invencionismo. Ganharam, empatados, esse troféu, o Plano Cruzado e o Plano Collor. O primeiro pela invenção do congelamento de preços em um sistema de mercado. O segundo por ter sequestrado todos os ativos financeiros do País. Duas verdadeiras piadas sem graça nenhuma, a não ser para o resto do mundo capitalista.

Ela só veio a se afastar de vez da economia brasileira com o Plano Real. Segundo o economista Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011), de 1980 até o período de sua contenção, em 1994, a inflação acumulada no Brasil passou dos mais de 20 trilhões e 259 bilhões, em termos percentuais. Talvez tenha sido o maior confisco social e econômico que se tem notícia pelo mundo a fora.

No final dos governos militares, a inflação anual

rondava a casa dos 100%. E, com o término da ditadura, já no fim do governo democrático do presidente Sarney, atingiu 1.782%, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 1993, chegou a 2.708%, medida pelo mesmo índice. No ano seguinte foi implantado o Plano Real e a inflação (IGP) atingiu, nos seis primeiros meses, 763,1%. Uma vez que a série foi afetada pelo Plano Real, no segundo semestre de 1994, adotou-se uma nova metodologia que somou os preços do Plano Real de julho mais os preços da Unidade Real de Valor (URV) de junho e a inflação medida pelo IGP foi de 17,0% (GIAMBIAGI et al., 2005) De lá para cá tivemos um leve susto na transferência do governo de Fernando Henrique para o governo Lula, em 2002, 26,4%, para, no ano seguinte, 2003, reduzir-se para 7,7%, sempre medida pelo IGP. Aquele susto inflacionário foi muito mais resultado de uma onda especulativa - vinda dos setores conservadores da economia e dos oportunistas de plantão -, do que uma inflação de demanda ou de custos. E Ela tem-se mantido em torno da meta inflacionária determinada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), medida adotada ainda em 1999, implantada pelo seu ex-presidente Armínio Fraga. Parece que a economia brasileira está condenada a um crescimento entre 4,0% a 4,5% ao ano. Qualquer índice acima desses patamares, Ela volta. Ridículo para uma economia que tem quase 200 milhões de habitantes, dos quais um quarto vive ainda na pobreza, dependendo do Programa Bolsa Família.

No último ano do governo Lula, os gastos públicos cresceram 19%, contra 16,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009. Embora a arrecadação de impostos tenha se elevado em mais de 20% em relação ao ano de 2009, parte desses recursos foram esterilizados pelo governo e isso ajudou a expansão monetária que, por sua vez, aumentou a inflação.

Não se pode perder de vista o fato de que desde 2004 a taxa de desemprego vem caindo no País e a renda do brasileiro aumentando. Nesses casos, os consumidores tendem a aceitar preços mais altos pelos produtos. É a típica curva de Phillips¹, que demonstra a relação inversa entre desemprego e inflação. O problema é achar o ponto de equilíbrio entre crescimento e inflação.

A euforia do consumismo do brasileiro nos últimos anos só pode ser comparada com o ocorrido durante o Plano Cruzado. Mas aquela era uma situação de "contos de fadas", que nunca

mais deverá acontecer em uma economia capitalista: o congelamento de todos os preços.

Em 2010, o IPCA, índice de preço coletado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de 5,91%, quase superando a meta inflacionária, que era de 4,5%, com variação de 2,0% para cima ou para baixo (BACEN, 2011). Lembrando que o IPCA é utilizado pelo Bacen para balizar sua meta inflacionária e também para calibrar a taxa oficial de juros - a Selic - que, por sinal, é a maior do **sistema solar** ou, como queiram os economistas daquele banco, a maior do planeta.

Existem pelo menos três mecanismos que estão retroalimentando a inflação atual: (i) a indexação ainda remanescente na economia; (ii) os aumentos de preços dos alimentos em nível mundial; além, é claro, (iii) da forte pressão de demanda por quase todos os setores da economia. Para se entender o primeiro, basta pegar o exemplo dos reajustes de aluguéis que são feitos pelo IGP-M, índice calculado pela FGV, cujos preços foram fortemente influenciados pelos preços das *commodities*, atingindo 11,32% no ano passado, quase o dobro da inflação oficial, medida pelo IPCA. O que um inquilino tem a ver com a alta dos preços dos alimentos e matérias-primas no exterior? A rigor, nada. Esses estão sendo puxados pela voracidade da demanda dos países asiáticos, principalmente pela China e Índia.

Muitos setores da economia já estão trabalhando no pleno emprego. Em alguns há falta de mão de obra, mormente a mais especializada. Já faz muitos anos que a economia não consegue crescer mais do que 5% ao ano de uma maneira consistente, isto é, de um modo sustentável, sem causar aumento de preços generalizados.

A economia brasileira já é suficientemente amadurecida para ter que se utilizar de proteção do tipo indexação. É só deixar os agentes econômicos negociarem seus preços, como ocorre nas nações civilizadas economicamente. A questão de assimetria da informação hoje no Brasil já é coisa do passado. Pela manhã, bem cedo, já se sabe qual o preço da arroba do boi gordo, da saca do café, da soja e do milho. A concorrência entre as grandes marcas dos supermercados não permite mais nenhum tipo de especulação de preços. Uma alta de preço aqui ou outra ali é muito mais resultado de falta de logística ou entressafra do que especulação.

O governo de Dilma tem três grandes problemas

pela frente: provocar a queda do crescimento, que reduz a pressão salarial, mas aumenta o desemprego; parar de estimular o crescimento do PIB, que significa continuar com a política de juros altos (que tem outra implicação: atrairá mais capital do exterior, fortalecendo mais ainda o Real); e, o último deles, cortar os gastos governamentais, atingindo inclusive os investimentos. Desta vez sem eufemismo, do tipo “ajuste” por “consolidação fiscal”, como gosta de inventar o ministro da Fazenda Guido Mantega (GUZZO, 2011).

Como se vê, não vão ser fáceis os dois primeiros anos do Governo Dilma. Quaisquer apertos fiscais e monetários são sempre doloridos. Grandes governos devem ter compromisso com a nação e não com grupos econômicos e financeiros do país que sempre se beneficiaram com grandes lucros, com inflação ou sem Ela.

Finalizando, esse processo inflacionário começou com Juscelino Kubistchek, em fins dos anos 1950, com taxas de inflação acima de 30%, um escândalo na época, e contribuiu para a vitória de Jânio Quadros, com a sua vassoura mágica, nas eleições presidenciais.

Como disse Gustavo Franco (GUZZO, 2011): houve épocas em que se pensava que se podia pintar um pedaço de papel na Casa da Moeda e transformá-lo em dinheiro para se fazer o bem; para se construir megaprojetos, Brasília e outras obras, por exemplo. Não pode. Primeiro se poupa para depois se gastar. Princípio básico para qualquer dirigente responsável ●

Nota:

¹ A curva de Phillips foi criada pelo economista neozelandês A. W. Phillips, que estudou a relação entre taxas de desemprego e taxas de aumento dos salários (trabalho publicado em 1958); trabalhos posteriores ao de Phillips focaram a relação entre desemprego e aumento de preços.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Histórico de metas para inflação no Brasil*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/metast/TabelaMetast/Resultados.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Ponto de Vista: Gustavo Franco (ex-presidente do Banco Central)*. [online]. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/tv/materias/PONTO-DE-VISTA/190495-GUSTAVO-FRANCO-%28EX-PRESIDENTE-DO-BANCO-CENTRAL%29.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

GIAMBIAGI, F. et al. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus, 2005. (Apêndice Estatístico, Tabela A1).

GUZZO, J. R. Cheiro de enxofre no ar. *Exame*, São Paulo, ed. 986, a. 45, n. 3, 23. fev. /2011. *Vida Real* [online]. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0985/>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

***Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, especialista em Administração pelo IET-Minas, doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).**

A GESTÃO HÍDRICA NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE BRASILEIRO

Por José Lourenço Candido*

1 Introdução

Desde o momento em que o homem interveio na natureza, com a descoberta do fogo e com o desenvolvimento da agricultura - com o objetivo de conseguir maior conforto e bem-estar -, ele vem alterando sistematicamente o cenário ambiental; no entanto, é com o sistema de produção capitalista que o uso dos recursos naturais toma um aspecto mais grave. Segundo Romeiro (2003, p. 4), "Com a Revolução Industrial, a capacidade da humanidade de intervir na natureza dá um novo salto colossal e que continua a aumentar sem cessar". E, apesar do progresso no sentido de melhor aproveitamento dos recursos nas atividades produtivas, ao mesmo tempo, iniciou-se um processo de ataque aos recursos naturais na mesma proporção do crescimento econômico, que não foi imediatamente percebido pela sociedade (devido à relativa abundância de recursos naturais) da época da Revolução Industrial até meados do século XX.

A grande oferta de recursos naturais em relação à exploração levou os homens a acreditarem, por muito tempo, que o uso de tais recursos não alcançaria o seu esgotamento quantitativo nem qualitativo. Em todo este período, o uso de combustíveis fósseis e a extração de minérios para a produção em massa foram gigantescos.

Esses dados corroboram o imenso custo social advindo do consumo de automóveis, aquecedores domésticos, geração de energia elétrica etc.

É interessante notar que essa enorme capacidade de intervenção, ao mesmo tempo em que provocou grandes danos ambientais, também ofereceu, em muitas situações, os meios para que a humanidade afastasse a ameaça imediata que esses danos pudessem representar para sua sobrevivência e, com isso, retardasse a crise ambiental com que nos deparamos hoje; no entanto, o que ocorreu foi o retardo das adoções de técnicas e procedimentos mais sustentáveis, de forma que pudéssemos de alguma forma controlar a exploração e a poluição.

Está claro, pois, que o aproveitamento dos recursos naturais em muito ultrapassou sua capacidade de regeneração e reposição dos seus estoques, devido, em grande parte, à organização do nosso sistema econômico que prioriza o crescimento econômico, levando em consideração apenas o custo privado, ou seja, a necessidade de vender uma gama cada vez maior de produtos e serviços, tendo em vista apenas o custo do próprio agente econômico, sem a perspectiva do custo social gerado pela produção e pelo consumo.

Neste aspecto, alguns estudiosos chegam a defender o crescimento econômico zero, haja vista que o planeta não suportaria mais a extração de seus recursos em nenhum nível adicional devido à geração de problemas irreversíveis ao bioma terrestre, principalmente o aquecimento global e a extinção de espécies.

O objetivo de desenvolvimento sustentável, o qual tem tido vários contornos, inclusive a manutenção do nível de crescimento econômico, tem prevalecido no discurso político mundial e só recentemente empresas, governos e entidades civis organizadas começam a repensar o crescimento econômico dos moldes atuais; no entanto, com pouca ou nenhuma ação concreta.

No âmbito microeconômico, os mecanismos para internalizar os custos sociais de produção e de consumo começam a se difundir (a partir de algumas conferências, como o Protocolo de Quioto, Rio-92 etc.), embora ainda haja certa resistência, principalmente dos países desenvolvidos, em assinar acordos e programar políticas mais rígidas e definidas de contenção das externalidades.

Dentre os recursos mais afetados pelo crescimento econômico está a água, seja em termos quantitativos ou qualitativos, pois os processos de produção exigem um consumo cada vez maior sem o seu respectivo tratamento; o que, ao contribuir para o esgotamento, também contribui para a degradação da sua qualidade.

Uma das regiões mais afetadas pela escassez de água é a região semiárida do nordeste do Brasil; no entanto, tal escassez não se deve necessariamente ao crescimento econômico ou de culturas agrícolas intensivas no uso da água, pelo contrário, inserido, sua maior parte, na região Nordeste, o semiárido sempre esteve a reboque do crescimento econômico do Brasil, prevalecendo atividades econômicas dependentes de outras regiões do País.

De fato, uma das causas históricas do baixo crescimento econômico está na quase inexistência da gestão dos recursos hídricos (além do problema da concentração fundiária). Por outro lado, uma política racional de acesso à água inexistente, ocorrendo na maioria dos casos uma concentração do recurso em grandes propriedades, reproduzindo a desigualdade pessoal e expulsando o homem do campo para as cidades, o que amplia ainda mais a sensação de escassez de água na região e a necessidade de instalar uma política de inserção e gestão hídrica.

O objetivo desse trabalho é discutir as condições de oferta hídrica no semiárido do Nordeste, mostrando os problemas fundamentais na gestão daquele recurso.

2 O Problema Hídrico e a Valoração da Água

A oferta de água se destaca como um problema fundamental. Devido à sua natureza imprescindível para a reprodução da vida humana, o esgotamento da água doce significaria o fim da vida no planeta, além disso, ela também é fundamental na grande maioria dos processos produtivos - funcionando como insumo básico -, principalmente na agricultura e na indústria.

Em 1997, foi sancionada a Lei das Águas, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A lei tem como fundamentos a compreensão de que a água é um bem público (não pode ser privatizada), sendo sua gestão baseada em usos múltiplos (abastecimento, energia, irrigação, indústria etc.) e descentralizada, com intensa participação de usuários, da sociedade civil e do governo. Pela referida lei, o consumo humano e de animais é prioritário em situações de escassez (MEIO AMBIENTE, 2009, p. 9).

Devido a esse caráter indispensável à vida, as empresas públicas ofertam o serviço de água potável a preços baixíssimos com o objetivo de viabilizar o acesso universal a esse bem; no entanto, distorções no consumo acabam ocorrendo, uma vez que o preço do recurso não

reflete sua escassez. Dessa forma, o desperdício alcançou patamares insustentáveis no longo prazo, ampliando o problema da escassez e da qualidade da água.

De acordo com o Banco Mundial (apud MOTA, p. 53), existia no ano de 1995 cerca de 250 milhões de pessoas em 26 países com escassez crônica de água, podendo chegar a três bilhões de pessoas no ano de 2025, em 52 países.

Vale salientar que, além do consumo para o bem-estar humano direto, a água oferece o serviço de manutenção do bioma na terra, como a manutenção e a reprodução da vida animal e vegetal, os serviços de amenidades e paisagismo, de modo que a má qualidade e a depleção também reduzem os benefícios do uso indireto.

Boa parte das discussões tem levado, de forma geral, à conclusão de que o crescimento econômico e o consumo, na forma em que estão, são insustentáveis, pois os recursos básicos não se encontram em estoques suficientes para satisfazer as necessidades atuais e futuras da população. Mesmo medidas de contingenciamento, como o reúso e a reciclagem, não oferecem solução definitiva na proporção em que o uso e o consumo da água crescem numa razão de 100% a cada 21 anos, segundo o Banco Mundial (apud MOTA, p. 53).

Com o nível de escassez ampliando-se, faz-se mister definir um valor para a água que corresponda a tal escassez, mas que, ao mesmo tempo, possa garantir o acesso universal a esse recurso sem a depleção de suas fontes. O problema da valoração de recursos ambientais reside primeiro em conceituá-los como renováveis ou exauríveis, pois a adequação do método de valoração deve levar em conta decisões intertemporais de consumo, uma vez que há uma enorme gama de serviços prestados ao homem, não apenas o uso direto e imediato; mas também se deve buscar contabilizar os usos indiretos e o não uso, os quais dependem do grau das necessidades futuras de consumo.

The value of ecosystems comprises use and nonuse elements. Use values are direct, e.g., the value of water fowl to hunters; indirect, e.g., the value of wetland nutrient sequestration in reducing eutrophication and algal blooms downstream; and optical, e.g., the value of ensuring that resource will be available for future use (BRAUMAN et al., 2007, p. 83).

Estes dois últimos deixam claras as dificuldades de tal façanha, uma vez que as possibilidades dos diversos usos por diversos

agentes no tempo criam uma rede interminável de interrelações de causa e efeito que apenas uma definição arbitrária do espaço amostral poderia possibilitar a construção de um modelo útil para política pública.

Para o caso da água, que é considerada um recurso renovável, existe uma grande rede de benefícios gerados, desde o consumo das pessoas, passando pela manutenção da biodiversidade (apesar de não podermos separar essas duas funções) até a oferta de lazer.

A inexistência de um mercado para água e ao mesmo tempo o uso comum do recurso impedem a definição de um preço que corresponda a seu custo real, ou seja, a sua escassez.

Institucionalizar um mercado para a água tem sido apontado como uma saída pelos economistas clássicos ortodoxos para o estabelecimento de um preço que possa colocá-la em um nível aceitável de consumo. No entanto, as críticas ao mercado da água são contundentes, pois, para haver eficiência econômica, o mercado terá que ser necessariamente de competição perfeita; no entanto, essa governança assume um custo proibitivo para se instalar, dado que seus pressupostos não são possíveis de implementação.

Além disso, a universalização do consumo do recurso não seria garantida, uma vez que a exclusão de consumidores é uma constante, principalmente em períodos de racionamento.

No caso do semiárido nordestino, a valoração da água assume contornos ainda mais complexos, haja vista que esta já se encontra em escassez desde épocas remotas, fazendo falta inclusive para a satisfação das necessidades básicas, sendo necessário o controle da oferta da água por uma autoridade estatal ou mista, como a comissão de bacias formada por representantes da sociedade.

3 A Gestão Hídrica no Semiárido Nordestino

O Brasil é o país que apresenta uma das maiores reservas de água doce do mundo, cerca de 12%, segundo Shiklomanov (apud BRASIL, 2005).

Levando-se em consideração as vazões oriundas de território estrangeiro que entram no País (Amazônica - 86.321 m³/s, Uruguai - 878 m³/s e Paraguai - 595 m³/s), essa disponibilidade hídrica total atinge valores da ordem de 267 mil m³/s (8.427 km³/ano - 18% da disponibilidade hídrica superficial mundial) (BRASIL, 2005, p. 21).

Assim, em boa parte do País, a escassez ainda não é perceptível no nível pessoal; no entanto, a captação e distribuição da água apresentam uma

grande disparidade entre as regiões brasileiras. Em território nacional, as vazões específicas variam de menos de 2,0 l/s/km² (bacias do semiárido brasileiro) até valores superiores a 30 l/s/km² (destaque para a Região Hidrográfica Amazônica) (BRASIL, 2005). “No Nordeste, a precipitação média anual é da ordem de 950mm, enquanto no ‘Polígono das secas’ (definição política do Semi-Árido) é de apenas 650mm” (VIEIRA, 2003, p. 8).

Ainda segundo Vieira (2003), a evapotranspiração na região chega a 2.000 mm, ou seja, o *deficit* hídrico pode ultrapassar 1.000 mm, dependendo da sub-região observada.

Como dito anteriormente, na região semiárida do Nordeste a escassez desse recurso remete à época do império e desde lá as políticas voltadas para reduzir o problema têm tomado aspectos puramente assistencialistas que vêm ampliando ainda mais a sensação da falta d’água na região.

O fato é que a escassez é um fenômeno mundial, mas o semiárido é um dos lugares onde o indivíduo tem essa percepção mais acurada devido aos recorrentes períodos de estiagens, embora na maior parte dos grandes centros urbanos a percepção seja menor ou inexistente, como mostram os dados da Agência Nacional de Águas (BRASIL, 2009), que aponta a proporção de pessoas atendidas pelo abastecimento urbano: 90% na bacia do Parnaíba; 96,2% na bacia do São Francisco; 84,9% na bacia do Atlântico Nordeste Oriental; 97% na bacia do Atlântico Leste (estas quatro bacias cobrem a maior parte da região Nordeste e todo o semiárido nordestino).

Mas, segundo Rebouças (1997), nessa região mais quente e seca não existe uma escassez propriamente dita. Na verdade, a pluviosidade é relativamente boa, faltando, sim, uma infraestrutura capaz de captar e distribuir esse recurso vital com eficiência técnica e econômica.

Destarte, o que mais falta no semiárido do nordeste brasileiro “não é água, mas determinado padrão cultural que agregue confiança e melhore a eficiência das organizações públicas e privadas envolvidas no negócio da água” (REBOUÇAS, 1997, p. 128).

O problema maior está no alto volume de evapotranspiração das águas superficiais. Na prática, não existe uma gestão dos recursos hídricos no semiárido e a infraestrutura hidráulica não prioriza o pequeno agricultor, o qual, ao longo dos anos, não tem acesso à água; e isto é revelado pela migração histórica dos sertanejos para as pe-

quenas e, principalmente, grandes cidades - causando um esvaziamento do semiárido -, devido também ao estado das precárias condições de vida, entre elas, a fome e a falta de acesso aos serviços públicos básicos.

Gerenciar de forma eficiente os recursos hídricos passa a ser concebido como a associação de medidas jurídicas, institucionais, administrativas, técnicas e de organização social que, articuladas a medidas estruturais de realização de obras, têm como objetivo o ordenamento e a definição de regras conjuntas dos usos e preservação dos recursos hídricos, que visam assegurar sua sustentabilidade (GARJULLI, 2003, p. 38).

Assim, torna-se importante criar condições para ofertar água de qualidade e em quantidade de forma regular e universal para o semiárido; posteriormente, com a instalação de um processo de cobrança pelo uso desse recurso indispensável que possa representar o valor da sua escassez para usos alternativos à dessedentação de pessoas e animais.

A escassez de água no semiárido, como já aduzido, é relativa. Assim sendo, uma gestão hídrica no seu aspecto mais superficial (como o uso de tecnologias de armazenamento de água) já garantiria a independência econômica do pequeno agricultor na zona rural, pois as condições para que as pessoas tenham um mínimo deste recurso ainda não está garantida. Como ocorre hoje, o pequeno agricultor não tem segurança hídrica para se dedicar a lavouras com maior valor agregado do que o feijão e o milho, por exemplo.

Trata-se do principal elemento formador da cultura sertaneja, que se caracteriza pela maior valorização de atividades robustas, sob a ótica da sobrevivência, em comparação com atividades econômicas vinculadas à noção de lucro. Uma coisa é perder o investimento numa safra de feijão, que tem curta maturação. Outra, é ver as árvores frutíferas morrerem depois de alguns anos de cuidados, antes mesmo da primeira safra, devido à falta de água. Analogamente, a falta de segurança hídrica inibe a instalação industrial, apesar do baixo custo da mão de obra na região (KELMAN; RAMOS, 2005). Ou seja, se não existe uma garantia de oferta regular de água, o agricultor não tem como enveredar por culturas que exigem maior atenção hídrica, sob pena de inviabilizar sua própria sobrevivência. Sendo assim, o mesmo mantém uma cultura de menos riscos, como as culturas de subsistência.

Como o objetivo de regularizar a oferta d'água no semiárido, o governo federal está construindo, a

despeito das críticas, uma transposição do rio São Francisco para as regiões consideradas mais problemáticas em termos de disponibilidade anual do recurso hídrico.

Todavia, o investimento em infraestrutura hídrica é condição necessária, mas não suficiente, para a segurança hídrica. Adicionalmente, é necessário que os usuários estejam envolvidos no processo e que paguem, ainda que parcialmente, pelo benefício recebido. Sem isso, que os norte-americanos chamam de *ownership*, não há sustentabilidade dos investimentos (KELMAN; RAMOS, 2005).

De fato, a preocupação com a regularização hídrica no semiárido deve ocorrer concomitantemente com o desenvolvimento de estratégias de conscientização dos usuários quanto à real escassez e ao custo efetivo (direto e indireto) para a sociedade do consumo da água.

No entanto, devemos atentar para o caso particular do histórico problema da falta de acesso ao recurso, que primeiro deverá ser resolvido, devido ao importante impacto social, principalmente sobre a sedimentação do pequeno produtor no campo. Neste caso, não encontramos ainda um trabalho regular e eficiente por parte das autoridades hídricas na região, de tal forma que pudéssemos dar as garantias sociais de permanência do homem na zona rural e, posteriormente, a implementação de políticas de cobrança, de modo que seja ampliada a percepção de escassez pela maioria dos usuários urbanos, a qual só se faz sentir em épocas de estiagem, período em que se faz necessário o estratagema do racionamento e o uso de caminhões-pipa para abastecimento urbano.

4 Conclusão

À margem do que ocorre em nível mundial acerca do aquecimento global e da depredação dos bens naturais, o semiárido incorre em necessidades especiais, no que concerne ao acesso à água, que remontam à época do império, carecendo de uma política hídrica desde a sua formação econômica.

Entendemos que o problema ambiental está presente no semiárido há muito tempo, de modo que a percepção de escassez não é recente, principalmente na zona rural, pois na maior parte da zona urbana semiárida tal percepção é mínima ou não existe.

Nesse caso, apenas se intensifica a necessidade de gestão mais eficiente da água,

não somente no sentido da oferta do recurso hídrico que ainda é escasso na zona rural para o pequeno produtor de subsistência. Aliado a isto, políticas de valorização do homem do campo, como a reforma agrária, poderiam deslançar o desenvolvimento econômico da região.

Somente a partir daí seria possível um trabalho de conscientização do uso eficiente da água com posterior cobrança como desenvolvimento de um arcabouço que envolva o real custo da captação e manutenção dos serviços qualitativos desse recurso ●

VIEIRA, V. P. P. B. Desafios da gestão integrada de recursos hídricos no semi-árido. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, Porto alegre, v. 8, n. 2, p. 7-17, abr./jun. 2003. Disponível em: <http://www.abrh.org.br/novo/rev_rbrh.php?id=56>. Acesso em: 01 ago. 2010.

Referências

BRAUMAN, K. A. et al. The nature and value of ecosystem services. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 32, p. 67-98, November, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional de Águas (ANA). *Cadernos de Recursos Hídricos*. Brasília, ANA, 2005. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/pnrh_novo/documentos/01%20Disponibilidade%20e%20Demandas/VF%20DisponibilidadeDemanda.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2009.

GARJULLI, R. Os recursos hídricos no semi-árido. *Cienc. Cult.*, São Paulo, a. 21, v. 55, n. 4, Dec. 2003. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252003000400021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2010.

KELMAN, J.; RAMOS, M. Custo, valor e preço da água utilizada na agricultura. *Revista de Gestão de Água da América Latina*, South America, v. 2, n. 2, jul./dez. 2005. Não paginado.

MEIO AMBIENTE. *Desenvolvimento aliado à conservação da biodiversidade*. 2009. Disponível em: <http://www.cop15brazil.gov.br/pt-BR/util/docs/Meio_Ambiente_PT.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2010.

MOTA, S. Água. In: HOFMEISTER, W. (Ed.). *Água e desenvolvimento sustentável no semi-árido*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 53-68 (Série Debates n. 24). Disponível em: <<http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/11769/>>. Acesso em: 02 ago. 2010.

REBOUÇAS, A. da C. Água na região Nordeste. *Estudos Avançados* [online], São Paulo, v. 11, n. 29, p. 127-154, Jan./Apr. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-40141997000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 01 ago. 2010.

ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C. J.; VINHA, V. (Org.). *Economia do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

* Professor Assistente e Coordenador Administrativo da Unidade Acadêmica de Economia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Paraíba.

O INGRESSO DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR NO PIAUÍ

Por Elizangela Barbosa Cardoso*

A Faculdade de Direito (FADI), criada em 1931, foi a primeira instituição de ensino superior instalada em Teresina. Por mais de 20 anos, a FADI figurou como a única instituição que ministrava esse nível de ensino no Piauí. Entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1970, a situação transformou-se. Consubstanciam-se esforços no sentido de ampliar o ensino de terceiro grau. O resultado foi a emergência, em Teresina, da Faculdade Católica de Filosofia (FAFI, em 1958), da Faculdade de Odontologia (FOPI, em 1960), da Faculdade de Medicina (FAMEPI, em 1968) e da Universidade Federal do Piauí (UFPI, em 1968/1971), implantada também em Parnaíba, onde foi instituído o curso de Administração de Empresas (1968).

Nesse contexto, as mulheres que ingressaram no ensino superior foram tornando esse espaço um lugar feminino. Em outros termos, legitimaram a participação das mulheres nesse nível de ensino. Em 1950, conforme dados censitários, a presença feminina no ensino de terceiro grau, no Piauí, correspondia a 4,23% do total de pessoas que haviam concluído algum curso superior, enquanto que, em 1970, esse percentual passou a ser de 24,53%, já durante a década de 1970, a presença feminina na UFPI perfez mais de 45% do total de alunos ingressos.

Em 1950, das 24 mulheres formadas em todo o estado, a maioria havia concluído o curso de Farmácia (10), seguida, respectivamente, pelas mulheres que concluíram os cursos de Direito (4), Medicina (1), Educação Física (2), cursos formadores de professores (4) e outras modalidades de curso (3). Lembremos, então, que quando as mulheres começaram a ter acesso ao ensino de terceiro grau, a área de maior concentração feminina era justamente o curso de Farmácia, enquanto que o curso de Direito era ainda um curso majoritariamente masculino.

A distribuição das mulheres que concluíram o ensino superior, conforme o Censo Demográfico de 1960, é a seguinte: das 105 formadas, a maior parte havia concluído o curso de Direito (32), na sequência estavam as mulheres que optaram pelos cursos de Farmácia (22), Letras (16) e Odontologia (12). A partir desses dados, é possível pontuar deslocamentos em relação ao decênio anterior, haja vista que, naquele ano, a maioria das jovens se concentrava na área jurídica, tradicionalmente, masculina. Em 1970, emergiu outra mutação, pois, das 495 jovens formadas, a maioria se concentrava, respectivamente, nos cursos formadores de professoras (218), no curso de Direito (80), de Odontologia (49), Farmácia (37) e Enfermagem (32).

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o acesso das piauienses ao ensino superior ocorreu, sobretudo, nas instituições locais. A institucionalização do ensino de terceiro grau, no estado, estabeleceu, portanto, uma das condições para ampliação da presença feminina nesse nível de ensino ●

* Professora do Departamento de Geografia e História/UFPI. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense.

A BATALHA DO JENIPAPO NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Por Antônio Carlos de Andrade* e Zilneide O. Ferreira**

1 Introdução

O fato de D. Pedro I ter proclamado a independência do Brasil de Portugal, em 7 de setembro de 1822, não se consubstanciou na automática emancipação do País. Esse processo iniciou em 1808 (OLIVEIRA, 2008) e a Batalha do Jenipapo, em 1823, constituiu-se importante evento para a consolidação da independência e manutenção da unidade territorial do Brasil, fato não incorporado pela historiografia oficial do País com o destaque que merece e ainda pouco estudado e não divulgado oficialmente pela historiografia (ADRIÃO NETO, 2006). No ensino fundamental e médio no Brasil, quase nada é citado sobre a contribuição da Batalha do Jenipapo nesse processo emancipatório. Os poucos que o fazem citam-no apenas periféricamente, sem lhe dar o devido destaque dentro da história brasileira. Ademais, se D. Pedro proclamou a independência no sudeste do País sem morte alguma, a conquista e a manutenção da mesma não ocorreram sem sangue na porção norte/nordeste do Brasil, mormente no Piauí.

A Batalha do Jenipapo foi uma sangrenta batalha (ADRIÃO NETO, 2006) que ocorreu às margens do Riacho Jenipapo, em 13 de março de 1823, na cidade de Campo Maior (PI), a 100 quilômetros de Teresina, capital piauiense. Foi “[...] um confronto entre partidários da independência brasileira e a resistência portuguesa, que procurava evitá-la [...] considerada fundamental no processo de independência e consolidação do território brasileiro” (BATISTA, 2009, s./p.).

O objetivo deste artigo, portanto, é descrever a Batalha do Jenipapo, cuja importância histórica se manifesta na sua contribuição para a consolidação da independência do Brasil de Portugal e para a manutenção da unidade territorial brasileira. Para tanto, além desta Introdução e da Conclusão, discutimos o fim do Brasil-Colônia, demonstramos que a Coroa portuguesa não estava disposta a perder todo o vasto território que conquistara por

mais de trezentos anos, discorremos sobre a adesão da Capitania do Piauí à independência do Brasil, demonstramos também que a Coroa portuguesa estava disposta a ir à guerra para manter o vasto território do norte/nordeste brasileiro e abordamos os momentos que estavam para anteceder o “inverno” da batalha; finalizando, demonstramos que, embora melhor preparadas, as tropas portuguesas foram ainda premiadas por um erro tático das tropas brasileiras.

2 O Fim do Brasil-Colônia

No final do século XVIII e até o século XIX, o Antigo Regime - caracterizado pelo absolutismo, mercantilismo, capitalismo comercial e sociedade estamental - entrou em crise devido às novas ideias liberais e ao capitalismo industrial. A Revolução Industrial na Inglaterra (1760-1850) pôs fim ao mercantilismo; a Revolução Francesa (1789-1799) iniciou a queda do absolutismo; e a Independência dos Estados Unidos da América (1776) revelou o resultado da oposição de interesses entre colônia e metrópole. No final do século XVIII, tiveram início as Guerras Napoleônicas (1799-1815), que geraram drásticas modificações nas fronteiras territoriais e puseram em xeque as relações de poder entre as nações. Em Portugal, no século seguinte, ocorreu a Revolução do Porto (1820). Todos esses acontecimentos enfraqueceram o sistema colonial, ou seja, os laços econômicos, políticos e ideológicos entre colônia e metrópole, como no caso brasileiro.

Os direitos que o Brasil havia conquistado após a vinda de D. João para o País, com a elevação da colônia à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves (em 1815), adquirindo as mesmas prerrogativas da Metrópole, vinham sendo contestados no país lusitano pelas Cortes Constituintes. Desde fins de 1810 já havia um descontentamento geral, por parte de Portugal, com o favorecimento dado à Inglaterra com o Tratado de Aliança e Comércio - consoante Oliveira

(2008), as tarifas alfandegárias para os produtos portugueses eram de 16%, enquanto que para os da Inglaterra, 24%. Com a derrota de Napoleão e o fim das guerras, D. João já poderia voltar para Portugal e, além do mais, o povo português reclamava a presença de seu monarca, pois, naquela época, o país estava sob o domínio inglês e em completa decadência. D. João não voltou.

Em 1820, surgiu um movimento liberal em Portugal, pelo qual a burguesia local reivindicava que o país retomasse seu *status* de potência comercial e defendia uma monarquia constitucional. Com a adesão de Lisboa ao movimento, o mesmo ganhou força e foi constituída uma Assembleia. A elite portuguesa pressionava os constituintes a rebaixarem novamente o Brasil à situação de colônia, e não era propósito dos portugueses perderem toda a sua posse com qualquer processo de separação, como ocorrera com o vasto império colonial espanhol.

Segundo Carvalho Júnior (2003, p. 14, grifo nosso), “[...] pretendia-se manter parte da área colonial que abrange o Piauí, Maranhão, Ceará e Pará”, cujo interesse “por essas áreas estava nas riquezas naturais e **gado piauiense**, que representava produto estratégico da colônia, abastecendo até províncias ao sul da colônia”. A Independência foi um processo violento em várias províncias, com lutas armadas. “No Piauí e no Maranhão, esse processo foi marcado por combates e lutas, intensificadas a partir de 1822, com prolongamentos até o final da década de 1830 e começo de 1840”.

Os fatos que antecederam a proclamação da independência tiveram início em dezembro de 1821, quando dois decretos da Corte de Lisboa chegaram ao Brasil: um, reduzindo novamente o País à condição de Colônia; outro, determinando que os governos das capitanias fossem entregues a uma Junta que deveria obedecer exclusivamente ao governo de Lisboa. Ainda naquele ano, em março, D. João VI retornou a Portugal com alguns membros da família real e seus súditos portugueses levando todo o dinheiro que estava depositado no Banco do Brasil (causa da falência deste) e tudo que restava do Erário Público. Com isso, D. Pedro ficou com uma nação completamente falida e mergulhada em um caos administrativo.

A partir do “Fico”, com a célebre frase proferida em 9 de janeiro de 1822, em resposta à exigência da corte de Lisboa ao retorno de D. Pedro a Portugal, o regente brasileiro posicionou-se a favor

da ruptura com Portugal e começou a tomar algumas medidas de precaução contra uma ofensiva portuguesa; uma delas foi a substituição dos comandantes das tropas nacionais (portuguesas) por generais brasileiros de sua total confiança. Mas as forças militares portuguesas no Norte e no Nordeste mantinham-se em suas posições, executando ordens diretas de Lisboa. Contudo, D. Pedro pôde bradar o seu “Independência ou Morte”, pois as tropas militares que estavam no sudeste do País eram-lhe fiéis. “Mais tarde, esse grito veio a repercutir de maneira sangrenta no Piauí” (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 15).

3 A Reação Portuguesa contra a Perda da Colônia

O que queriam os portugueses? Manter uma parte do território brasileiro, mormente a sua porção em situação economicamente privilegiada: a então capitania de São José do Piauí, que, por sua extensão territorial, era geograficamente **estratégica**, comunicava-se por terra com Ceará, Bahia e Pernambuco - locais onde os movimentos libertários mostravam-se muito fortes - e ser grande abastecedora de carnes para aquelas províncias.

Assim, se a Coroa portuguesa conseguisse impor-se militarmente no Piauí, teria a possibilidade de cortar o fornecimento de carnes e ficar em posição privilegiada para atacar os movimentos separatistas por via terrestre. Com o intuito de ficar com aquele território, Portugal enviou para o Piauí, em 1821, além do major João José da Cunha Fidié (Governador das Armas), munições e armas, as quais foram desembarcadas ainda no ano anterior, em outubro, em São Luís (MA), demonstrando a preocupação que já havia em Portugal com a independência do Brasil.

A notícia da independência do Brasil chegou ao Piauí não mais do que um mês depois, em dia 30 de setembro (SILVA, 2009). Apesar da dificuldade de comunicação, o Piauí não estava totalmente isolado. A chegada de jornais excitando a população a rebelar-se contra os portugueses contribuiu para a ampla divulgação do evento em Parnaíba, Campo Maior e Oeiras (então sede da província do Piauí); além de correspondências oriundas de parentes e amigos vindas das demais províncias que já haviam aderido à causa da independência. Isso não passou despercebido ao major Fidié, que, segundo Carvalho Júnior (2003), logo pressionou a Junta de Governo da província para tomar as providências cabíveis no caso de

uma insurreição e transferiu para Campo Maior (PI), onde havia maior tendência separatista, as tropas sediadas na Vila do Marvão [atual Castelo do Piauí, a 100 km daquela].

4 O Piauí Adere à Independência

A adesão dos piauienses ao movimento libertário do jugo português começou com a recusa do Dr. João Cândido de executar a devassa em Campo Maior e, principalmente, em Parnaíba, indo de encontro às ordens oriundas da sede da província, enviando ofício às autoridades de Oeiras sobre os acontecimentos da vila, informando ainda que recebera a incumbência de realizar as eleições para a Constituinte do Brasil, missão essa que fora enviada pelo Príncipe Regente a “[...] algumas vilas da província piauiense, inclusive Oeiras. Apesar disso, somente Parnaíba atendeu ao ofício encaminhado, uma vez que a melhor, maior, mais rica e populosa parte do Brasil já se havia declarado independente” [em 19 de outubro de 1822]. O juiz João Cândido não via o porquê de o Piauí não aderir à causa, haja vista que isso significava estar “em ressonância ao princípio da Justiça e ao Direito conferido pela natureza humana, quando o dotou de liberdade” (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 17).

Parece que as autoridades de Oeiras leram o ofício nas linhas e nas entrelinhas, pois, rapidamente, resolveram enviar o major Fidié para a vila insurreta. Em Parnaíba, foi enviado um abaixo-assinado à Câmara solicitando que se desse curso à ordem de D. Pedro, pois na vila era grande o clamor em prol do Príncipe Regente e da independência do Brasil.

5 A Tática Portuguesa para Manter Parte de sua Ex-colônia

Se, por um lado, a Coroa portuguesa já dava como perdida a porção do País que ia do Ceará ao Sul, o mesmo não era verdade para as províncias do norte, principalmente a do Piauí, pelos motivos já citados, e foi por isso que o major Fidié iniciou sua marcha para Parnaíba, mas não sem antes passar por Campo Maior, outro centro de insurretos. Era novembro, em pleno fim do verão nordestino¹. Foram onze dias de marcha até a chegada à vila, em 24 de novembro de 1822. As tropas permaneceram em Campo Maior até os primeiros dias de dezembro. Ao ser informado de que o major Higinio não lograra êxito na sua empreitada para prender o Dr. João Cândido, Fidié partiu para Parnaíba, depois de passar treze dias

com suas tropas acampadas naquela vila, deixando a mesma sob o comando do tenente-coronel João da Cunha Rebelo e com uma tropa com cerca de 200 soldados e armas de artilharia. Porém, ainda nos arredores de Campo Maior, na Vila dos Carnaubais, Fidié recebeu ajuda vinda de Caxias (MA), por parte do governador do Maranhão, e do comandante da Capela de Barras (PI) - o que reforçou seu poderio. Logo depois, em 8 de dezembro, iniciou a longa marcha até Parnaíba.

O objetivo de Fidié era restabelecer o império português na vila e prender os rebeldes de Parnaíba. Porém, estes, ao saberem da aproximação de Fidié, fugiram para o Ceará, buscando refúgio, pois Fidié dispunha de um exército com cerca de seis mil homens, sem contar o apoio dos navios e barcos que se encontravam no pequeno litoral parnaibano e que não hesitariam intervir, caso fosse necessário. Fidié chegou em Parnaíba no dia 18 de dezembro e não encontrou resistência; foi recebido com vivas e fogos de artifício, missas e festas. Antes de qualquer ato, o major impôs à guarda da vila e à Câmara que renovassem seu juramento de honra e fidelidade a D. João VI. Já no dia seguinte, determinou que o “Regimento de Cavalaria que se encontrava em Parnaíba fosse enviado à Oeiras”, uma vez que não confiava no mesmo, pois acreditava ser simpatizante da causa separatista (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 18).

Após sua estada em Parnaíba, Fidié colocou-se em marcha novamente; desta vez de volta para Oeiras, onde novos fatos precipitaram-se. Vindos de Jacobina (BA), chegaram a “Oeiras uma portaria com proclamações do governo do Rio e um ofício do General Labatut o qual noticiava o grito do Ipiranga e convidava os piauienses a aderirem à Independência plena do Brasil”. Também foi informado às autoridades de Oeiras que o Príncipe Regente comandava um “grande exército pretendendo tomar Salvador e que chegava a hora dos piauienses sacudirem os brios lusitanos, pois logo após a queda de Salvador marchariam sobre o Piauí para ajudar” (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 18). A resposta das autoridades de Oeiras foi que se mantinham fiéis ao governo de Lisboa. Entretanto, essa tomada de posição da Junta do Piauí deixou-a com bastante receio das represálias que poderiam advir da fidelidade a Lisboa, daí solicitar-se o retorno de Fidié à capital com urgência, pois a mesma estava exposta à hoste dos separatistas. E estavam cobertos de razão,

pois no dia 23 de janeiro de 1823, sob o comando do brigadeiro Manoel de Sousa Martins, que, em sua casa, urdira toda a conspiração; e seus parceiros se armaram “do arsenal surrupiado aos poucos dos armazéns nacionais” (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 18).

Carvalho Júnior (2003) acredita que Fidié cometera um grave erro ao despachar para Oeiras o Regimento de Cavalaria que estava sediado em Parnaíba, cujos soldados tinham simpatia pela causa da independência. Como não houve resistência por parte dos militares ao movimento separatista comandado pelo brigadeiro Manoel de Sousa Martins, cremos que o autor está coberto de razão em sua suposição. Na manhã seguinte ao dia da insurreição em Oeiras, o senador da Câmara tornou pública a proclamação da independência. Como alguns membros da Junta de Governo já haviam fugido e o povo era a favor da separação, não houve reação contrária. Essa notícia só chegaria à Fidié em 28 de fevereiro, isto é, trinta e cinco dias depois.

A Fidié não restava outra opção a não ser retornar à capital da Província e tentar sufocar o movimento dos insurretos, como fizera em Parnaíba. Agora com um exército de mil e cem homens, muito bem armados, dispondo de onze peças de artilharia. Ademais, sua tropa receberia ainda contingentes do brigue infante D. Miguel e também da guarnição de Carnaubearas, no Maranhão.

Convém advertir ao leitor menos atento que, até àquela data, de acordo com Carvalho Júnior (2003), somente o Piauí, o Maranhão e o Pará não tinham aderido à causa de independência do Brasil, embora o Piauí já tivesse tentando, em 19 de outubro de 1922, em Parnaíba (movimento sufocado por Fidié). Um dos insurretos da vila da Parnaíba, que havia fugido com a aproximação das tropas de Fidié para a província do Ceará, era Leonardo Carvalho Castelo Branco, que retornara ao Piauí, vindo de Sobral (CE), comandando uma tropa [não de soldados, mas de patriotas voluntários] de piauienses e cearenses. Eram cerca de 600 bravos e destemidos homens que, sob seu comando, entraram na vila de Piracuruca, em 22 de janeiro de 1923, surpreendendo a polícia local e prendendo-a. A distância de Piracuruca à Parnaíba é quase a mesma que para Campo Maior, cerca de 20 léguas, por isso que a notícia logo chegou a ambas as cidades.

Leonardo rumou para a vila de Campo Maior, na

qual ficara o regimento deixado por Fidié, quando de sua marcha para Parnaíba vindo de Oeiras. Muitos soldados, ao tomarem ciência de que Leonardo marchava para a vila com sua tropa de 600 homens, desertaram; aqueles que se mantinham fiéis a Lisboa fugiram de Campo Maior levando seus armamentos. A entrada de Leonardo e de seus seguidores foi triunfal e não precisaram dar um tiro sequer. No dia 5 de fevereiro de 1823 foi feita, conforme Carvalho Júnior (2003, p. 20), “[...] a aclamação de Dom Pedro de Alcântara Imperador do Brasil [...]”. Leonardo efetuou algumas prisões para desestimular qualquer reação e oficiou a Caxias (Maranhão) o movimento pedindo adesão, mas não esperou a resposta, retirando-se para a fazenda Melancias.

Retornando sua marcha em busca dos insurretos da capital, Fidié passou por Piracuruca, cuja independência havia sido declarada em 22 de janeiro, por Leonardo. A cidade estava deserta e, portanto, não ofereceu nenhuma resistência. Antes havia acontecido uma refrega na Lagoa do Jacaré entre os independentes piauienses e o exército português. Houve perdas de vidas para ambos os lados e isso deixou Fidié mais cauteloso em suas ações. Seguiu em frente, rumo a Oeiras, mas não sem antes acertar as contas com os separatistas de Campo Maior.

6 Fidié Ruma para Campo Maior, Palco da Batalha do Jenipapo

A notícia da aproximação de Fidié e de seu exército mobilizou a vila de Campo Maior. A ideia era barrá-los e impedi-los de seguir marcha até Oeiras. E o que fez Oeiras, que se rebelara também, tendo inclusive o brigadeiro Manoel de Sousa Martins assumido a Junta de Governo? Contribuiu “com o pouco equipamento que dispunha”, à solicitação de reforços do capitão cearense Luís Rodrigues Chaves, que, ao entrar em Campo Maior, em 12 de fevereiro, “abriu o voluntariado e colocou em prontidão as milícias das vilas do centro da província”, ao invés de enviar as tropas para Campo Maior e Piracuruca. A preocupação maior da sede da província era proteger os portos da margem do rio Parnaíba, onde nunca havia tido confrontos com o exército português, esquecendo-se de Fidié - o que foi um erro tático, pois “concedeu tempo suficiente para o mesmo disciplinar e armar suas tropas com o apoio do Maranhão” (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 20).

Os fatos doravante narrados referem-se aos momentos decisivos que marcaram para sempre a história do Piauí. Na noite de 12 de março de 1823 (véspera do confronto), os homens da vila e do entorno foram arregimentados. Havia uma espécie de voluntarismo entre os habitantes. “Todos queriam lutar para livrar o Piauí do domínio português. As mulheres estimularam os seus maridos, parentes e amigos, arrumaram o que puderam, venderam suas jóias; todos estavam empenhados a se unirem em só ideal: lutar” (RIBEIRO, 2009, s./p.).

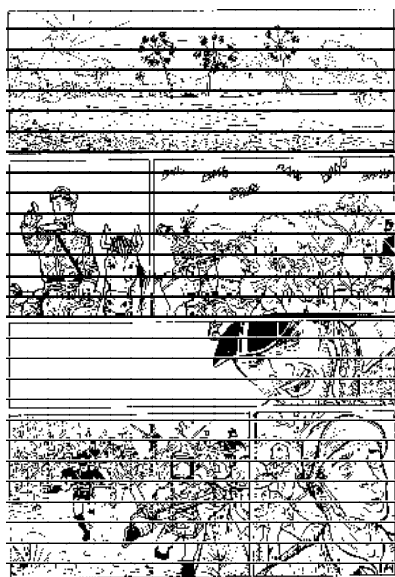
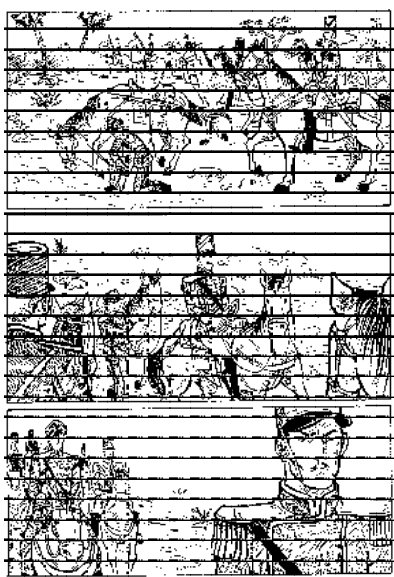
Carvalho Júnior (2003, p. 21, grifo nosso) assevera que, até então, o capitão Luís Rodrigues se achava abandonado, tanto pela nova Junta do governo da capitania do Piauí como pela do Ceará. Entretanto, ele não se abateu e buscou ajuda junto à população da vila de Campo Maior; e foi com ele que puderam contar. Ele conseguiu arregimentar e - o que foi mais importante nessa altura dos acontecimentos - entusiasmar cerca de mil homens de todas as classes sociais. “Civis armados de facões, de ferrões, machados e foices, que somados aos quinhentos cearenses que já se encontravam na vila, impuseram **mudanças no traçado da história**”. Ainda chegaram à vila mais alguns cearenses, os soldados do tenente João Costa Alecrim, que se encontravam no Estanhado fazendo recrutamento, e os oitenta homens do Alferes Salvador Cardoso de Oliveira, que só chegariam na madrugada do dia 13 de março.

A tropa que se formou para deter a marcha de

Fidié e seu exército - que rumava célere em direção à capital da Província e que, àquela altura, já havia declarado que os piauienses eram inimigos de Portugal - não passava de dois mil homens; a maioria sem treinamento militar, sem armamento adequado, sem fardas, munidos apenas com duas coisas: patriotismo e muito entusiasmo. Era pouco.

Quando amanheceu o dia 13, dia fatídico para a história do Piauí, a tropa se reuniu em frente à igreja de São Antonio e, ante a notícia de que Fidié e seu exército já se encontravam em terras campomaiorenses, em uma fazenda próxima à vila, foi dada a ordem de marchar rumo ao Riacho Jenipapo, local onde se pretendia deter a marcha de Fidié.

Geralmente, em períodos normais de chuvas, a região onde se pretendia barrar a marcha de Fidié se encontraria alagada, pois, em meados de março, o “inverno” estaria no seu auge, uma vez que se trata de uma grande várzea, plana e aberta, cuja cobertura vegetal que mais se vê é um imenso capinzal nativo e um grande carnaubal. Aquele era mais um ano de “inverno” irregular no Sertão, havia chovido pouco, por isso o riacho estava quase sem água, sendo, portanto, o seu leito, uma trincheira natural (ANDRADE, 2009), no qual grande parte dos patriotas puderam se ocultar, enquanto o restante se escondia no mato, à espera do exército português, o qual não tinha outro caminho para passar se não por ali.



Fonte: Quadrinhos extraídos da obra *Foices&Facões*, de Bernardo Aurélio e Caio Oliveira.

Veja, a seguir, um quadro-resumo da situação dos combatentes da Batalha do Jenipapo:

Descrição	Exército português	Tropa de patriotas brasileiros
Comandante	Major João José da Cunha Fidié	Capitão Luiz Rodrigues Chaves
Composição	Militares portugueses e brasileiros recrutados	Trabalhadores das fazendas, lavradores, vaqueiros, população mestiça, cabocla e mulata, soldados cearenses e maranhenses
Características	Linhas bem armadas e municadas, inclusive com peças de artilharias (canhões)	Agrupamentos sem preparo algum e treinamento militar; armados com espingardas velhas, espadas, chuços, machados, foices, dentre outros aapetrechos utilizados nas fazendas
Quantidade de combatentes	1.600 soldados	Aproximadamente 500 soldados cearenses e de 1.300 a 1.400 piauienses e maranhenses

Quadro 1 - Resumo da composição dos combatentes da Batalha do Jenipapo
Fonte: Elaborado com base na Tabela 24, de Carvalho Júnior (2003, p. 85).

7 A Batalha do Jenipapo, uma Guerra Desigual

Resumindo, a estrada que vinha do norte era bifurcada. Os patriotas não podiam saber se Fidié viria pela direita ou esquerda. Fidié, estrategicamente, também sem saber que os aguardavam, dividiu sua tropa pelos dois lados da estrada, sendo que ele foi pela esquerda e a cavalaria portuguesa pela direita.

Quando o pelotão que explorava a direita distanciara-se da tropa, chocou-se com cearenses que faziam patrulhamento. A patrulha ao avistar o pelotão disparou contra os portugueses e os mesmos revidaram, mas resistiram pouco e recuaram. Os patriotas que guardavam o rio, ao ouvirem tiroteio não atenderam mais a nenhum comando, abandonaram suas posições na intenção de combater os portugueses. Fidié, veterano de guerra, ficou sabendo do ocorrido e rapidamente passou suas tropas para o outro lado do rio, distribuindo linhas de atiradores para recepcionar os independentes (CARVALHO JÚNIOR, 2003, p. 22-23).

A situação estava se complicando para o lado dos patriotas. A falta de treinamento militar dos mesmos fez com que agissem pelo instinto, deixando sua posição estratégica. Tivessem tido tal treinamento, talvez não se movessem de sua posição vantajosa, uma vez que de onde estavam poderiam ver toda a movimentação do inimigo e ainda contariam com a proteção da trincheira natural. A debandada geral logo após os tiros do enfrentamento da patrulha contra os portugueses começou a colocar tudo a perder; se é que a tropa dos patriotas pudesse ter alguma chance de vitória. “O comando patriota consciente dos fatos percebera que a batalha estaria perdida se não conseguisse reorganizar as tropas com objetivo de avançar sobre os portugueses em todas as direções, fracionando o combate num corpo a corpo violento e rápido” (CARVALHO JÚNIOR, p. 23).

O combate teve início às 9 horas da manhã do dia 13 de março de 1823. Os combates duraram cerca de cinco horas; com certeza, em um dia claro sem nuvens de chuvas que pudessem amenizar o clima; também devia fazer muito calor por conta disso. Deu-se por terminada a Batalha, com a retirada dos combatentes de ambos os lados. Estavam todos esgotados. O saldo da Batalha foi de “542 prisioneiros, 200 mortos e feridos”. O major Fidié, cuja perda estimada foi de 116 mortos e 60 feridos, “estacionou na fazenda Tombador, à cerca de um quilômetro de Campo Maior. Fidié e seu exército caíam de cansaço. O sol escaldante e o medo da valentia dos piauienses não permitiram que as tropas portuguesas os perseguissem, mesmo sabendo que já tinham derrotado a eles” (RIBEIRO, 2009, s./p.).

A vitória, portanto, coube, diferentemente do que poderiam imaginar os sonhadores patriotas, a “Golias”. Entretanto, ele, Fidié, começou a se preocupar com o seu destino e de seus comandados, haja vista que, se a meio caminho de Oeiras tinha se deparado com tamanha ferocidade por parte dos insurretos, não sabia o que poderia encontrar na capital da província.

Os fatos que se sucederam à Batalha do Jenipapo foram terríveis; houve um enorme pavor na vila dos carnaubais com a notícia da aproximação de Fidié e o resultado foi uma revolta da população, cujo saldo foi a morte de muitos europeus que lá se encontravam (CARVALHO JÚNIOR, 2003). Refeitos do cansaço da Batalha, Fidié e seus homens, em 16 de março, rumaram para a região do Estanhado

[atual cidade de União], de onde atravessaram o Rio Parnaíba marchando para Caxias (MA), onde esperavam se aquartelar, uma vez que as perdas impostas pelos patriotas brasileiros os impediam de seguir para a Oeiras. O fim do episódio da Batalha do Jenipapo para Fidié pode ser assim descrito (RIBEIRO, 2009, s./p.):

Meses depois Fidié foi preso em Caxias, no Maranhão, de lá levado para Oeiras de onde foi mandado para o Rio de Janeiro. Do Rio ele foi mandado de volta para Portugal, onde foi recebido com honras militares pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa. Entre os títulos recebeu o de comendador da Ordem de Avis, a mais antiga condecoração militar portuguesa, fundada por Afonso Henriques em 1162. Só recebia essa comenda o soldado que demonstrasse extrema valentia, ousadia e coragem. No local onde houve a Batalha foi erguido um Monumento em memória aos piauienses que ali morreram pela independência de nosso país. Situado à margem esquerda do rio é, na verdade, um grande atrativo turístico e no local também se encontra uma parte do acervo bélico usado pelos combatentes. Essas peças pertenciam ao antigo Museu do Couro que pra lá foi transferido.

8 Conclusão

A independência do Brasil, na realidade, foi um processo iniciado, quiçá inconscientemente, desde quando D. João aportou em terras brasileiras, em 1808, com a abertura dos portos. O tratado de Aliança e Comércio, em 1810, a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815, a Revolução do Porto, em 1820 e os movimentos favoráveis à independência no Brasil contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento desse processo.

A ideia da Coroa portuguesa de manter para si, pelo menos, a porção norte do País não vingou. No entanto, se D. Pedro proclamou a independência no sudeste do País sem nenhuma morte, a conquista da mesma e a manutenção da unidade territorial no Brasil não foi sem sangue na porção norte/nordeste do País, principalmente no Piauí. Como demonstrado, a Batalha do Jenipapo, com certeza, foi importante marco no processo de independência brasileiro.

Destarte, espera-se, com este artigo, contribuir para despertar o interesse dos que buscam o conhecimento da formação histórica do nosso país, desenvolvendo trabalhos na academia aprofundando estudos sobre uma história tão conhecida dos piauienses, registrada nos quadros do Monumento aos Heróis do Jenipapo, construído no local onde ocorreu esta batalha, mas ainda pouco estudada e divulgada ●

Referências

- ADRIÃO NETO. *A epopéia do Jenipapo*. 2. ed. rev., ampl. e melhorada. Teresina: Geração 70, 2006.
- ANDRADE, A. C. *Economia Brasileira*. Teresina: UAPI, 2009.
- BATISTA, R. *Batalha do Jenipapo*. História Brasileira, 19 dez. 2009 [online]. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-imperio/batalha-do-jenipapo/>>. Acesso em: 23 dez. 2009. Não paginado.
- CARVALHO JÚNIOR, A. A. de. *Batalha do Jenipapo: uma modelagem em realidade virtual*. 2003. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20031003141308.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2009.
- OLIVEIRA, H. M. de. *A independência do Brasil*. Rede da Memória Brasileira. Biblioteca Nacional Virtual. Copyright 2008. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/redememoria/indbras.html>>. Acesso em: 13 nov. 2009.
- RIBEIRO, C. L. *A Batalha do Jenipapo*. Portal CEN. Disponível em: <http://www.caestamosnos.org/Pesquisas_Carlos_Leite_Ribeiro_Batalha_de_Jenipapo.html>. Acesso em: 23 nov. 2009. Não paginado.
- SILVA, A. C. *Um pé lá, outro cá*. Revista de História da Biblioteca Nacional, v. 48, set. 2009 [online]. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2617>>. Acesso em: 23 nov. 2009. Não paginado.

***Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, especialista em Administração pelo IET-Minas, doutor em História Econômica/USP.**
****Economista e Mestra em Ciência Política/UFPI.**

AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: dilemas e desafios nos empreendimentos do Piauí

Por Solimar Oliveira Lima*, Aritana Sousa Dutra de Melo**
e Bruno Batista de Carvalho Luz***

1 Introdução

Divulgam-se amplamente muitas fórmulas de alcance do sucesso. Para aqueles que buscam emprego, apontam-se diferentes estratégias de investimento no chamado capital humano com profissionalização contínua que possibilitam inserções competitivas no mercado de trabalho. Para os que pretendem autonomia, propagam-se as iniciativas de empreendedorismo, que possibilitaria, àqueles que exercem profissionalmente uma atividade econômica, satisfações individuais como empresários e renda diferenciada. Entretanto, na contramão das apologias midiáticas, a realidade aponta para desencantos. Desemprego e falências, especialmente de micro empreendimentos, parecem experiências comuns no Piauí contemporâneo. Contudo, não se trata de comportamentos típicos e isolados desta área periférica do Brasil. Trata-se, em rigor, de uma qualidade do capital coevo que, no seu movimento de expansão em busca de mercado, exporta crescentemente novas tecnologias para produzir e circular mercadorias e para acentuar desigualdades e exclusão social.

A eficiência produtiva do capitalismo contemporâneo esmera-se em aperfeiçoar uma múltipla processualidade e transformações que repercutem, particularmente, no mundo do trabalho com

[...] desproletarização do trabalho industrial e fabril nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do terceiro mundo; uma expansão do trabalho assalariado, a partir do crescimento do setor de serviços; uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino; um intenso processo de subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e “terceirizado” e ainda o mais brutal resultado destas transformações, que

se concretiza no desemprego estrutural, atingindo o mundo em escala global (ANTUNES, 2010, p. 47)

Diante deste amplo e complexo emaranhado de tendências e acontecimentos que atingem o mundo do trabalho, emergem, cada vez mais, ideias que apontam alternativas, ainda que sem superação, ao modelo capitalista. Habermas (1989), partindo de uma análise fundamentada na teoria da ação comunicativa - segundo a qual os atos humanos e as razões destes atos não se inscrevem somente no mundo objetivo/instrumental das coisas existentes, mas também no mundo da vida, partilhado intersubjetivamente pelas pessoas - fornece uma visão de racionalidade e da possibilidade de interação dos indivíduos ao propor que a

[...] barreira no intercâmbio entre sistema (mundo objetivo) e mundo da vida só poderia funcionar com uma nova partilha do poder, uma vez que as sociedades modernas dispõem de três recursos para satisfazer suas necessidades no exercício do governo: o dinheiro, o poder e a solidariedade e as esferas de influência desses recursos teriam de ser postas em um novo equilíbrio, ou seja, o poder de integração social da solidariedade atuaria em contraposição aos dois outros recursos, dinheiro e poder (HABERMAS, 1987, p.112)

A solidariedade, em rigor, não é uma novidade na organização social, ainda mais entre os detentores de poder que a associam à hierarquia nas relações para a contínua e sistemática exploração e submissão de classe, gênero e raça/etnia. A contraposição à hegemonia dominante a partir da solidariedade parece ganhar sentido de superação da ordem quando assumida como mecanismo estratégico de trabalhadoras e trabalhadores no enfrentamento do poder que as/os submetem socialmente. A face transgressora da solidariedade seria uma possibilidade, por exemplo, para, além da

submissão cordial, as transformações no mundo do trabalho, em especial em relação ao aumento do desemprego e precarização. O avanço no caráter transgressor da solidariedade apontaria para uma ruptura com o modelo opressor, possibilitando reconstruções de experiências nas relações de trabalho, na organização produtiva e na distribuição de renda.

Solidariedade nesse sentido não é símbolo de relações sociais, é materialidade de novas práticas organizativas sociais. Entre as trabalhadoras e trabalhadores, desenvolveu-se uma em particular que tem sido mais comumente denominada Economia Solidária (Ecosol). Esta economia caracteriza-se essencialmente pela experiência de produção direta baseada na cooperação do trabalho, na propriedade coletiva, na autogestão da produção e na socialização dos resultados entre os trabalhadores (LIMA, 2010).

Constitui-se como objeto deste artigo a análise do princípio da autogestão nos empreendimentos de economia solidária no Piauí e os limites que o modo de produção capitalista impõe a este princípio, uma vez que na experiência concreta os empreendimentos se inserem dentro da lógica de mercado capitalista. Toma-se como referência os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), de 2007, coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, que é um sistema de identificação e registro de informações sobre economia solidária no Brasil, tendo como principais objetivos: (i) constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária; (ii) fortalecer e integrar EES em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais; (iii) favorecer a visibilidade da Ecosol, fortalecendo os processos organizativos de apoio e adesão da sociedade; e (iv) facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Economia Solidária (BRASIL, 2007).

2 A Autogestão e a Economia Solidária

A economia solidária vem sendo utilizada por muitos autores como uma estratégia de enfrentamento a muitos substratos do sistema capitalista; dentre eles, o desemprego e a exclusão social. Fala-se, ainda, em um modo de produção alternativo ao modo de produção capitalista que realmente suscite a emancipação do trabalhador, a

consciência política e a preocupação ambiental (SINGER, 2002). Segundo Gaiger (apud Faria 2009, p. 170),

[...] o pano de fundo das “novas” relações sociais de trabalho desenvolvidas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários está diretamente relacionado ao fato de que eles carregam o princípio de reversão do processo de separação entre o trabalhador e o seu produto, separação na qual repousa a submissão ideológica do proletariado.

Pode-se observar que o autor ressalta o empoderamento dado ao trabalhador no empreendimento econômico solidário, apontando-o como uma alternativa ao processo de separação entre o planejamento e a ação de produzir ao qual se submetem os trabalhadores na economia capitalista. Este processo de empoderamento converge, portanto, para um importante princípio que norteia a prática nos empreendimentos de economia solidária, que é a autogestão.

O termo autogestão tem sido usado em larga escala nos últimos anos, principalmente com a assunção do movimento de economia solidária; entretanto, é perceptível que o termo tem sofrido algumas disfunções em virtude da banalização de seu significado e da falta de rigor conceitual com a qual os teóricos têm-no tratado ao definir quais empreendimentos são caracteristicamente autogestionários. Então, para uma melhor compreensão, cabe aqui suscitar os conceitos, os pré-requisitos da autogestão e suas implicações no movimento de economia solidária.

Diante da racionalidade prática e sob o discurso da necessidade de homogeneização do trabalho, utilizando-se a heterogestão

[...] a classe dominante julga-se capaz de gerir, de determinar, de guiar os interesses das classes dominadas, pois acredita que estas nada fazem por livre iniciativa, mas somente atuam sob um comando inteligente, exercido, axiomáticamente, em nome dos interesses coletivos. A heterogestão seria, assim, a única forma possível de tornar uma organização administrável segundo os valores universais mercadológicos (FARIA, 2009, p. 107).

A heterogestão, portanto, constitui-se em uma prática hegemônica de planejar, organizar, coordenar, comandar, controlar as organizações pela classe dominante. Além do mais, aliada a esta forma de gestão e, não menos diferente, surge outro mecanismo de controle dentro das organizações: a burocracia. Para Motta (1994), de modo amplo, podemos dizer que a burocracia é um instituto baseado em critérios pessoais e

métodos racionais na qual se assenta a direção de atividades coletivas sob o comando de um aparelho hierarquicamente organizado. Percebe-se que há certo grau de intimidade entre a heterogestão e o modelo de dominação burocrática.

A autogestão se opõe a essas lógicas de gestão predominantes no sistema capitalista. O caráter autogestionário de uma empresa, segundo Singer (apud SATO; ESTEVES, 2002, p. 6), configura-se quando os “sócios são os trabalhadores e cujos trabalhadores são os sócios, sem presença de outros vínculos de trabalho ou de investimento”. Assim, para o autor, a “autogestão é uma forma específica de democracia industrial, distinta de sistemas de participação, seja acionaria, seja nos lucros da empresa”.

Enquanto na heterogestão a competitividade é obtida através da divisão do trabalho e da alienação do trabalhador, sendo em grande parte motivado por incentivos econômicos financeiros, na autogestão a competitividade cederia lugar à solidariedade. Nela, portanto, pode-se encontrar a autogestão que é exercida pela participação dos trabalhadores nas práticas participativas dos processos de trabalho, nas definições estratégicas e nas tarefas cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, consolidando assim não somente as relações internas, mas as relações externas que se dariam no contato do empreendimento com a comunidade.

Nesta perspectiva, convém ressaltar o posicionamento de Guillerme e Bourdet (1997, p. 45), que contribui para desmistificar algumas visões e posicionamentos que para eles são equivocados acerca da autogestão:

Para o grande público, pouco ou mal informado, a palavra autogestão tem sonoridade econômica e técnica. A autogestão parece designar, sobretudo, outra forma de fazer funcionar e administrar as empresas. Os leitores da presente obra se convencerão sem esforço de que, para nós, a autogestão deve ser compreendida em um sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme completamente a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social.

Assim, se a lógica heterogestionária e burocrática se firma na alienação amparada por diferentes antagonismos, uma lógica oposta, no caso, a autogestão, teria de ser efetivada visando à emancipação do trabalhador e, por fim, uma transformação social, negando, assim, qualquer

tipo de antagonismo. Com base nesta afirmação é possível perceber a autogestão na economia solidária. A Ecosol ressalta a centralidade da autogestão em geral, apresenta-se como um processo de trabalho oposto ao do sistema dominante vigente, proporcionando a destruição de quaisquer antagonismos, hierarquias ou alienações, o que implicaria, em rigor, em um projeto político de transformação do modo de produção capitalista (BENINI; FIGUEIREDO NETO, 2010).

Nessa experiência, um elemento fundante parece ser a participação. Nas formas de participação propostas pelos teóricos gerencialistas, a dinâmica das relações de trabalho no processo de produção mantém a autoridade das hierarquias supervisoras e o poder continua a pertencer ao capital (FARIA, 2009). O controle se encontra nas mãos de uma minoria fechada que se autopromove e autorreproduz. Nas organizações nesses moldes, não são ideias que se trocam, mas somente negócios que se realizam onde esse grupo minoritário age em conformidade com os critérios capitalistas de racionalidade (TRAGTEMBERG, 1980). Como resultado, tem-se uma gestão em que as decisões não são tomadas coletivamente e os produtores diretos não são consultados a respeito de questões estratégicas; pelo contrário, como afirma Faria (2009, p. 58),

A estes sobra a disciplina da execução de operações que são definidas por outros cérebros que não os seus. Sobram as operações com instrumentos de trabalho cuja finalidade, ergonomia, funcionalidade e operacionalidade também não são definidas pelos produtores diretos, mas pelos gestores e planejadores da produção.

Segundo observou Fernando Motta (1981), participação é um conceito ambíguo capaz de refletir múltiplas realidades e assumir tantos significados quanto os contextos específicos nos quais se desenvolve. O estudo da participação requer, para que se definam os seus diversos níveis, considerar o grau de controle, pelos trabalhadores, dos elementos constitutivos da gestão do processo do trabalho. Consoante Tabb e Goldfarb (1975), há quatro grandes tipos de participação, quais sejam: (a) a participação dos trabalhadores nos lucros; (b) a participação dos trabalhadores ou de seus representantes em consultas; (c) a participação dos trabalhadores nas decisões gerenciais; e (d) a participação dos trabalhadores na tomada de decisão sem uma área

definida de autoridade. Paul Bernstein (1982) propõe uma escala contínua de participação dos trabalhadores na tomada de decisão. Sua proposta de participação envolve três dimensões: o grau de participação dos trabalhadores, os temas nos quais os trabalhadores participam das decisões e o nível organizacional no qual os trabalhadores participam.

3 A Autogestão e os Empreendimentos de Economia Solidária do Piauí

Uma premissa parece básica para se compreender os dilemas e desafios da autogestão nos empreendimentos solidários: a economia solidária é apresentada como uma alternativa de geração de trabalho e renda e como um modo de produção e distribuição baseado na autogestão (SINGER, 2001), contudo, os empreendimentos econômicos solidários têm cada vez mais mergulhado nas práticas capitalistas como forma de dialogar com o mercado. Assim, neste artigo foram direcionadas duas vertentes de análise da autogestão nos empreendimentos econômicos de economia solidária do Piauí. Uma, tomando como base um modelo de análise da autogestão na unidade produtiva proposto por Faria (2003), no qual se faz necessário perceber os ambientes interno e externo dos empreendimentos; outra, considerando as proposições teóricas sobre a participação numa perspectiva mais democrática, toma-se como critérios: (a) a participação dos trabalhadores nos lucros; (b) a participação dos trabalhadores ou de seus representantes em consultas sobre decisões; e (c) os temas nos quais os trabalhadores participam das decisões. Na primeira vertente pretende-se perceber as relações de poder construídas dentro dos empreendimentos e as suas relações com a comunidade, considerando o nível de ativação da consciência política dos sócios. Na segunda, busca-se aferir o nível de participação efetiva no modelo empreendido na realidade cotidiana dos empreendimentos.

3.1 Democratização das decisões internas dos sócios

No ano de 2007, de acordo com o SIES (BRASIL, 2007), existiam 1.470 empreendimentos econômicos solidários no Piauí. Seria de se esperar que a participação na gestão interna dos empreendimentos fosse plena, ou próxima a isso, já que esse é um dos princípios em que a economia solidária fundamenta-se.

Conforme o Quadro 1, observa-se que a

participação nas decisões cotidianas foi adotada em 2/3 dos estabelecimentos. Com relação ao acesso aos registros e informações do empreendimento, elemento fundamental para a tomada de decisão, o procedimento ocorre apenas em 59,8% dos empreendimentos. Quanto à prestação de contas, elemento que efetivamente materializa o controle coletivo sobre a base técnica, financeira e administrativa, o acesso fica restrito a 54% dos associados, ou seja, 46% dos associados nestes empreendimentos não acompanham o resultado da gestão. Sobre as eleições de diretoria, elemento básico de um empreendimento autogestionário, pode-se perceber que 46,5% ainda não compartilham desta lógica. E, por fim, observando a participação no planejamento das atividades ou plano de trabalho, constata-se que apenas 33,6% dos empreendimentos constroem seus planos de trabalho em assembleia, o que acentua na maioria dos empreendimentos piauienses a possível separação entre as atividades de planejamento e as atividades manuais.

Formas de participação nos empreendimentos solidários	
Respostas	Total
Participação nas decisões cotidianas do empreendimento	911
Acesso aos registros e informações do empreendimento	880
Prestação de contas aos(as) sócios(as) em assembleia geral/reunião do coletivo de sócios(as)	794
Eleição da diretoria em assembleia geral/reunião do coletivo de sócios(as)	787
Decisão sobre o destino das sobras e fundos em assembleia geral/reunião coletiva de sócios(as)	637
Plano de trabalho definido em assembleia geral/reunião coletiva de sócios(as)	495
Contratações e remunerações definidas em assembleia geral/reunião coletiva de sócios	40
Não existe	33

Quadro 1 - Formas de participação do(s) sócio(s) nas decisões
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2007)

3.2 Relações com a comunidade e ativação da consciência política dos sócios

Os Quadros 2 e 3 evidenciam uma característica marcante de inversão de valores. Podemos observar que, acerca da participação em algum fórum ou rede de articulação, a maioria dos empreendimentos, 76,9%, demonstra atuação isolada, o que evidencia a dificuldade de articulação destes com a comunidade. Sobre a participação em movimentos sociais ou populares, 40,7% dos empreendimentos não possuem nenhum vínculo com outras experiências organizativas. Os empreendimentos, como visto, apresentam-se, do ponto de vista interno, frágeis e, do

ponto vista externo, isolados. Isto decorre principalmente das amarras que a experiência capitalista, enquanto aprendizado cultural, proporciona ao modelo de autogestão proposto por estes empreendimentos.

Formas de alguma rede ou fórum de articulação nos empreendimentos solidários	
Respostas	Total
Sim	1.130
Não	342

Quadro 2 - Relações com a comunidade
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2007)

Relação ou participação dos sócios em empreendimentos solidários em movimentos sociais e populares	
Respostas	Total
Sim	872
Não	600

Quadro 3 - Consciência política dos sócios em empreendimentos solidários

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2007).

3.3 Participação nos empreendimentos

No que diz respeito à participação nas sobras, fazendo-se uma analogia com os lucros, que, segundo Roberto Braga (1998), é uma remuneração do investimento dos proprietários da empresa, conforme a pesquisa do SIES (BRASIL, 2007), de um total de 1.470 empreendimentos, 609 pagaram as despesas e obtiveram sobras. Deste total, 341 dividiram as sobras entre os sócios. Os dados mostram que, do total de empreendimentos que obtiveram sobras, 56% dividiram entre si a remuneração do investimento dos sócios, caracterizando uma participação totalmente contrária à lógica capitalista das empresas tradicionais, pela qual os lucros ficam concentrados nas mãos de uma oligarquia de acionistas que possuem títulos e concentram a propriedade.

Quanto à participação dos trabalhadores ou de seus representantes em consultas, percebe-se também uma diferenciação entre as experiências de produção solidária e capitalista típica. Nesta, com empresas nos moldes gerencialistas tradicionais, as decisões ficam restritas a uma minoria da direção, que as tomam sem consultar aos demais trabalhadores operacionais. Conforme observa Chiavenato (2004, p. 4), há uma maior concentração no processo decisório, pois, “na

medida em que se sobe para os níveis mais elevados da organização, diminui a necessidade de habilidades técnicas, enquanto aumenta a necessidade de habilidades conceituais”. Pode-se observar nos empreendimentos de economia solidária uma outra dinâmica.

Do total de 1.472 empreendimentos, 1.234 afirmaram realizar, regularmente, assembleia de sócios ou reunião de coletivo, caracterizando um indicativo expressivo (82%) das organizações realizando consulta aos seus sócios. Esse método de consulta remete geralmente ao princípio “um membro, um voto”, ou, ao menos, a um processo decisório em que os direitos de voto na assembleia - cujo poder de decisão é supremo - não sejam distribuídos em função de eventuais participações no capital. A participação, o poder decisório dos membros, apresenta-se independente de seu capital ou de sua função hierárquica (DEFOURNY, 2009). O dado revela ainda a participação como um modo de mobilização dos sócios, ao esforço do desenvolvimento das organizações, ligado às decisões da instituição.

Com relação aos temas nos quais os trabalhadores participam das decisões, podemos observar que, dos 1.472 empreendimentos, em 62% destes os sócios participaram de decisões cotidianas, 53% prestaram contas aos sócios em assembleia geral ou reunião coletiva de sócios, 43% decidiram sobre o destino das sobras e fundos em assembleia geral ou reunião coletiva de sócios e em apenas 2% não existe qualquer participação dos sócios nas decisões. Os dados apresentados denotam que as trabalhadoras e os trabalhadores dos empreendimentos solidários piauienses buscam participar de discussões de variados temas dentro da organização, fortalecendo uma construção coletiva da gestão.

4 Conclusão

Diante do exposto, evidencia-se que nos EES do Piauí funciona uma lógica contrária aos mecanismos de participação presentes nas instituições capitalistas, ainda que esta lógica não esteja plenamente constituída na totalidade dos empreendimentos. Enquanto neste tipo de empreendimento as decisões são tomadas por uma minoria sem qualquer consulta expressiva, em grande parte dos produtores, nos empreendimentos de Ecosol, verifica-se uma divisão de lucros entre os produtores diretos, gestão pautada em assembleias e consultas frequentes sobre os mais

variados temas, desde decisões cotidianas a prestação de contas; o que nos permite afirmar que nestes empreendimentos há uma maior participação dos trabalhadores gerando uma gestão mais democrática.

Portanto, embora a economia solidária tenha surgido em um período de efetiva precarização das relações de trabalho e, tendo em vista este cenário, que tenha buscado alternativas reais de contraposição ao sistema dominante, nas quais as relações de trabalho tenham como engrenagem motora a solidariedade e a autogestão, percebe-se que os empreendimentos no Piauí apresentam dificuldade de concretização do princípio da autogestão, que efetivamente é aprisionado dentro dos muros destes empreendimentos, em uma lógica mecânica e técnica, subvertendo de maneira contundente as possibilidades reais de construção de novas relações de trabalho e de emancipação das trabalhadoras e trabalhadores.

Cabe, entretanto, atentar que, a tomar como referência os métodos e técnicas de gerenciamento utilizados pelas organizações capitalistas, os valores visíveis nas experiências solidárias, ainda que pareçam contraditórios, mostram uma perspectiva de avanço com relação à participação dos trabalhadores na gestão dos empreendimentos ●

Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 2010.
- BRAGA, R. *Fundamentos e técnicas da administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1989.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informação Solidária - SIES. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. Brasília, 2007. [online] Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>>. Acesso em: 01 nov. 2010.
- BENINI, E. G; FIGUEIREDO NETO, L. F. *Desemprego e economia solidária*. Disponível em <http://www.aedb.br/seget/artigos07_1412_Economia_Solidaria_Seget.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2010.
- BERNSTEIN, P. *Necessary elements for effective worker participation in decision-making*. In: LINDENFELD, F.; ROTHSCHILD-WITH, J. (Org.). *Workplace democracy and social change*. Boston: Porter Sargent, 1982. p. 51-81.
- CHIAVENATO, I. *Introdução a teoria geral da Administração*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- DEFOURNY, J. Empresa social. In: HESAPANHA, P. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.
- FARIA, J. H. de. *Gestão participativa*. São Paulo: Atlas, 2009.
- FARIA, J. R. V. *Organizações coletivistas de trabalho*. 2003. 229f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- GUILLERM, A.; BOURDET, Y. *Autogestão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- HABERMAS, J. *A nova intransparência*. *Novos Estudos CEBRAP*. n. 18, p. 103-114, set. 1987.
- HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Cátedra, 1989.
- LIMA, S. O. *Trabalho e economia solidária*. *Informe Econômico*, Teresina, a. 11, n. 23, p. 27-28, 2010.
- MOTTA, F. C. P. *Burocracia e autogestão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOTTA, F. C. P. *O que é burocracia?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SATO, L.; ESTEVES, E. *Autogestão*. São Paulo: ADS-CUT, 2002.
- SINGER, P. *Introdução a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TABB, J. Y.; GOLDFARB, A. *The typology of system of participations*. In: HORVAT, B.; MARKOVIC, M. SUPEK, R. (Ed.) *Self-governing socialism*. New York: IASP, 1975. v. 2. p. 61-63.
- TRAGTEMBERG, M. *Administração poder e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

* Prof. Dr. do Departamento de Ciências Econômicas e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Políticas Públicas/UFPI.

** Discente do Curso de Administração/UFPI e pesquisadora ICV-UFPI do Projeto Acompanhamento do Mapeamento de EES-2010/Piauí.

*** Discente do Curso de Administração-UFPI e pesquisador ICV-UFPI do Projeto Acompanhamento do Mapeamento de EES-2010/Piauí.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO PIAUÍ: enfoque institucional e identificação

Por Francisco Prancacio Araújo de Carvalho*, Francisco de Assis Veloso Filho**, Fernanda Rocha Veras e Silva*** e Ricardo Alaggio Ribeiro****

Entre 2009 e 2010, foi desenvolvido, em duas fases, o projeto “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste”, com iniciativa da Rede de Pesquisas em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist) e objeto de contrato entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Fundação de Pesquisas (FUNPEC). Na primeira fase, procurou-se identificar os Arranjos Produtivos Locais (APLs) em cada estado através da caracterização e análise das metodologias utilizadas pelas diversas instituições envolvidas; na segunda, os estudos voltaram-se para a identificação, caracterização e análise do estágio de execução dos grandes projetos federais - entre os quais: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), Programa Território da Cidadania (PTC) e Zonas de Processamento das Exportações (ZPEs) -; bem como para uma reflexão sobre os impactos dos mesmos na economia estadual e a proposição de ações para o desenvolvimento local. No Piauí, o projeto citado foi desenvolvido por professores dos departamentos de Economia (DECON) e Geografia (DGH) e do mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com colaboração de discentes dos referidos cursos.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados termos de referências elaborados pela coordenação nacional do projeto, em discussão com as equipes estaduais, para garantir o padrão metodológico e homogeneidade dos resultados. Houve ainda o uso de pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundários em fontes impressas e em sites da internet e realização de entrevistas em organizações que atuam no apoio a

APLs no estado do Piauí, entre as quais: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Estado do Piauí (SEDET), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí (SEBRAE-PI).

Os resultados do projeto foram divulgados em **notas técnicas** que estão disponíveis no site da RedeSist¹. Além disso, foi lançado, em 2010, uma apresentação-síntese de parte do estudo no livro intitulado “Políticas para Arranjos Produtivos Locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal”, organizado por Valdênia Apolinário e Maria Lusieu da Silva.

O presente artigo discute a identificação de APLs no Piauí, considerando o enfoque institucional. Na sequência, apresenta o conceito de arranjo e o enfoque das instituições, a identificação dos APLs piauienses e, por último, a título de conclusão, as considerações finais.

Arranjo Produtivo Local (APL) é um tema de interesse em diversos estudos no Brasil e no exterior, cujo conceito permite identificar inúmeras atividades produtivas e desenvolver mecanismos de intervenção que as transformem qualitativamente sob várias dimensões, sobretudo quando se trata de empreendimentos de baixo nível de desenvolvimento e que possuam gargalos significativos, e favorece, portanto, o desenvolvimento de pequenas atividades produtivas. APL é um instrumento norteador de políticas que auxilia na superação dos entraves da produção e ajuda no desenvolvimento local, especialmente em regiões com problemas graves na estrutura produtiva.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (2004), o

termo APL evoluiu da simples concentração industrial geográfica de pequenos e médios produtores para incorporar dimensões como territorialidade e especialização associadas à cultura local, existência de cooperações entre micro, pequenas e médias empresas e organização institucional, formas de governança, aprendizagem coletiva, potencial para promover inovações e presença de fornecedores locais.

[...] um APL se caracteriza por um número significativo de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, e pode incluir pequenas, médias e grandes empresas. (MDIC, 2004, p. 5).

O tema já foi incluído como política de governo em plano plurianual e em documentos que tratam das políticas nacionais de desenvolvimento e políticas de apoio a essas aglomerações produtivas, que devem promover a ação coordenada de diferentes atores e dos fatores externos para o desenvolvimento das potencialidades econômicas locais e transformação de um aglomerado de pequenos empreendimentos informais em um arranjo produtivo consolidado.

A política nacional para arranjos abrange cinco linhas de ações estruturantes: crédito e financiamento, governança e cooperação, tecnologia e inovação, formação e capacitação e acesso a mercados (nacionais e internacionais).

O governo federal trata como APLs aqueles que apresentem um determinado conjunto de variáveis, como: concentração setorial de empreendimentos no território; concentração de indivíduos ocupados em atividades produtivas relacionadas com o setor de referência do APL; cooperação entre os atores participantes do arranjo (empreendedores e demais participantes), em busca de maior competitividade; e existência de mecanismos de governança (MDIC, 2004). Para o poder público, esta é uma abordagem que subsidia ações integradas de políticas públicas, estimulando o desenvolvimento local, a promoção da competitividade e da sustentabilidade dos empreendimentos; valoriza a cooperação, o aprendizado coletivo, o conhecimento tácito e a capacidade inovativa das empresas e instituições locais, fortalecendo os mecanismos de governança.

Nesse sentido, o MDIC (2004, p. 9) afirma que o objetivo da adoção de ações integradas de políticas públicas para arranjos busca (a) o desenvolvimento econômico; (b) a redução das desigualdades

sociais e regionais; (c) a inovação tecnológica; (d) a expansão e a modernização da base produtiva; (e) o crescimento do nível de emprego e renda; (f) a redução da taxa de mortalidade de micro, pequena e média empresas (MPME); (g) o aumento da escolaridade e da capacitação; (h) o aumento da produtividade e competitividade; e (i) o aumento das exportações.

Para Lemos, Albagli e Szapiro (2004), a abordagem específica de arranjos produtivos firmou-se nos órgãos da administração federal em 2003, na elaboração do plano plurianual (PPA) de investimentos para 2004-2007. Em 2004, criou-se o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), através da Portaria Interministerial n. 200, de 3 de agosto de 2004, sob a coordenação do MDIC, reunindo trinta e três organizações governamentais e não governamentais. Ainda naquele ano, o GTP APL executou um projeto-piloto em onze arranjos distribuídos pelas cinco regiões do País e promoveu levantamento, em parceria com os governos estaduais, que levou à identificação de 460 arranjos.

O governo do estado do Piauí trabalha com arranjos segundo o enfoque do MDIC, sendo que é a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Estado do Piauí (SEDET) que promove a articulação daquele governo junto ao referido Ministério e que coordena o Grupo Gestor Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Piauí (GGE APL), o qual é formado pelas seguintes instituições: SEBRAE-PI, Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), Secretaria Estadual de Fazenda do Piauí (SEFAZ), Instituto de Metrologia do Piauí (IMEPI), Associação Piauiense de Municípios (APPM), BNDES, Empresa Piauí Turismo (PIEMTUR), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNB, Banco Bradesco, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), CODEVASF, EMBRAPA Meio Norte, Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) e Superintendência Federal da Agricultura.

O SEBRAE estabeleceu parceria com a RedeSist e passou a priorizar a atuação em arranjos. Como resultado, em 2003, foi publicado o "Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos". Neste, identificam-se arranjos como aglomerações de

empresas localizadas em um mesmo território e que tragam sinais de identidade coletiva de ordens culturais, econômicas, políticas e ambientais; com expectativas de desenvolvimento convergentes, firmado com parcerias e compromissos para sustentar os investimentos dos diversos atores no próprio território, de maneira que promovam um desenvolvimento integrado e compartilhado com redes locais, quais sejam: empresariais, sociais e institucionais (SEBRAE, 2003).

O SEBRAE (2003, p. 22), estabelece que as ações da instituição estarão direcionadas prioritariamente para os arranjos que possuam “aglomeração de micro e pequenos negócios, sejam aqueles constituídos por pequenas empresas ou aqueles desenhados pela existência de médias e grandes empresas que operam em rede [...]”. Assim, para a seleção dos arranjos, os seguintes critérios poderão definir o grau de prioridade em função da importância, tendência e urgência: (a) contrapartida local; (b) participação do arranjo no Produto Interno Bruto (PIB), sua importância na geração de emprego, o peso nas exportações e competição com importações; (c) capacidade de contribuição do arranjo com a especialização requerida no plano de trabalho do sistema SEBRAE, bem como do governo nacional e estadual; (d) análise de cenários e tendências econômicas; (e) a quantidade de parceiros, efetivos e potenciais; (f) relações do tipo PIB-setor/região; MPME/setor/região, número de empregados/setor/região; e (g) dinamicidade, organização e capacidade de resposta.

Além de Teresina, existem escritórios do SEBRAE no Piauí nas cidades de Floriano, Parnaíba, Picos, Piripiri e São Raimundo Nonato. Em todo o estado, a empresa conta com aproximadamente 117 colaboradores. Desse total, 10 trabalham diretamente com APLs. A experiência e a continuidade dos esforços dão ao SEBRAE-PI um destaque como agente de promoção de pequenos negócios e do desenvolvimento econômico.

A CODEVASF, por sua vez, tem direcionado seus programas e ações para o desenvolvimento regional, buscando contribuir para a geração de emprego e renda, sob orientação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP), o qual foi elaborado levando em conta conceitos específicos de desenvolvimento e de território. O desenvolvimento considerado é endógeno, isto é, realizado de baixo para cima,

com a participação dos atores locais e através da exploração das potencialidades de cada território. O conceito de território vai além de um espaço geográfico e incorpora a ideia de que a rede de atores locais, através de suas relações sociais, delimita esse espaço (CODEVASF, 2006).

O desenvolvimento territorial resulta, portanto, da combinação de políticas públicas com iniciativas de desenvolvimento endógeno. Os atores locais passam a desempenhar um papel de destaque na identificação e valorização dos atributos de cada região. Nesse sentido, dividiu-se o Piauí em onze territórios de desenvolvimento, identificados a partir do estudo das vocações produtivas e das dinâmicas de desenvolvimento de cada região, estabelecendo-se quatro componentes considerados prioritários: (a) fortalecimento institucional para implementação do Plano; (b) desenvolvimento sustentável e conservação da diversidade biológica; (c) desenvolvimento de APLs; e (d) melhoria e ampliação da infraestrutura básica e regulamentação fundiária.

Portanto, os arranjos produtivos formam um dos componentes prioritários estabelecidos no referido Plano e, segundo essa Companhia, um arranjo pode ser “[...] caracterizado por ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança e podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas” (CODEVASF, 2010, s.p.).

Existe uma teia complexa de inúmeras instituições que atuam em arranjos ou em delineamento teórico similar: a FIEPI; a EMBRAPA, especificamente, a EMBRAPA Meio-Norte; a Fundação Banco do Brasil (FBB); o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI); a Prefeitura Municipal de Teresina, com a SEMDEC/PMT; o BNB; e a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Esta implantou a Incubadora de Empresas do Agronegócio (INEAGRO) e conta também com o Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NINTEC-UFPI) para promover a cultura da inovação, a proteção e o licenciamento de produtos da pesquisa, executando, com financiamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o projeto-piloto para a implantação de sistema integrado de produção em apicultura, tendo como área de estudo a microrregião de Simplicio Mendes.

Com relação ao SEBRAE, foram identificados trinta projetos/arranjos no estado do Piauí, considerando as informações disponíveis no Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (SIGEOR), um ambiente de gestão e colaboração que foi criado com o objetivo de dar suporte às ações de cada projeto, pois permite o gerenciamento e monitoramento pelas instituições parceiras, beneficiários e a sociedade em geral, tanto das ações desenvolvidas como dos resultados alcançados. Esses projetos estão exibidos no Quadro 1.

N	Projeto/Arranjo	Cidade-Polo
1	Apicultura do litoral piauiense	Piripiri
2	Apis Araripe	Picos
3	Apis da Serra da Capivara	São Rdo Nonato
4	Apoio à modernização do setor de reparação de veículos	Teresina
5	Aprisco da Região Norte	Parnaíba
6	Aprisco de Floriano	Floriano
7	Aprisco de Teresina	Teresina
8	Aprisco do Araripe	Picos
9	Artefatos de couro e similares de Teresina	Teresina
10	Artesanato da Região Norte	Parnaíba
11	Artesanato da Serra da Capivara	São Rdo Nonato
12	Artesanato de Teresina	Teresina
13	Avicultura do Piauí	Teresina
14	Cajucultura do Piauí	Picos
15	Confecção de Teresina	Teresina
16	Confecção do norte piauiense	Piripiri
17	Cultura e negócios integrados	Teresina
18	Fruticultura irrigada do território Floriano	Guadalupe
19	Fruticultura orgânica dos tabuleiros litorâneos	Parnaíba
20	Leite e derivados do Baixo Parnaíba	Parnaíba
21	Leite e derivados do território de Teresina	Teresina
22	Mandiocultura do território Araripe	Simplícios Mendes
23	Metalúrgica e serralheria de Teresina	Teresina
24	Ovinocaprinocultura da Serra da Capivara	São Rdo Nonato
25	Piscicultura do Piauí	Bocaina
26	Pólos comerciais	Teresina
27	Regionalização do turismo Jeri - Delta - Lençóis	Parnaíba
28	Turismo da Serra da Capivara	São Rdo Nonato
29	Turismo do território de Teresina	Teresina
30	Turismo roteiro integrado Sete Cidades e Serra da Ibiapaba	Piracuruca

Quadro 1 - APLs identificados pelo SEBRAE-PI. 2008-2009.

Fonte: SIGEOR (2009).

Ainda quanto à atuação do SEBRAE-PI, o SIGEOR apresenta dados relacionados a um projeto intitulado "Atendimento Espontâneo no Território de Teresina", no qual ainda não foi possível identificar a abordagem em arranjo.

No levantamento institucional de arranjos em 2008, o GTP APL apresentou onze arranjos produtivos locais para o Piauí, conforme o Quadro 2. Os seis primeiros citados, exceto o arranjo da Opala, estão referenciados na lista de arranjos prioritários do GTP APL para o período 2006-2008. Todos têm planos de desenvolvimento produtivo elaborados pelo grupo gestor e foram objetos das ações previstas para o período de 2008-2010.

N	APL	Cidade-Polo	N Municípios
1	Apicultura	Picos	31
2	Artesanato, de Parnaíba	Parnaíba	04
3	Opala, de Pedro II	Pedro II	02
4	Ovinocaprinocultura	Teresina	15
5	Têxtil e confecções da região norte	Piripiri	02
6	Turismo no litoral	Parnaíba	04
7	Cajucultura	Picos	39
8	Leite e derivados da região norte	Parnaíba	14
9	Artes, cerâmica vermelha	Teresina	01
10	Ovinocaprinocultura	Floriano	18
11	Piscicultura	Bocaina	01

Quadro 2 – APLs identificados pelo GTP APL

Fonte: GTP APL (2007).

No caso específico do SEBRAE-PI, observa-se que existem ações nesses seis arranjos. Na lista do SIGEOR, encontram-se os seguintes programas: APIS Araripe; Artesanato, na região norte; Aprisco, de Teresina; e Confecção, do norte piauiense. No caso da opala da cidade de Pedro II, na época da elaboração dos PDPs não havia programa junto ao SEBRAE-PI. Atualmente, contudo, dentro da Unidade de Atendimento Coletivo da Indústria foi incorporado o projeto Gemas e Jóias.

Os cinco últimos arranjos do levantamento institucional de arranjos em 2008 integram a lista de arranjos prioritários para o Piauí, no período 2008-2010, do GTP APL: cajucultura, leite e derivados da região norte, artes de cerâmica vermelha, ovinocaprinocultura e piscicultura. Estes não apresentam planos de desenvolvimento produtivo elaborados pelo Grupo Gestor Estadual de Apoio aos APLs do estado do Piauí. No total, eles abrangem 72 municípios do Estado.

Com relação a esses arranjos, o SEBRAE também apresenta programas no SIGEOR: cajucultura, no Piauí; leite e derivados, do Baixo Parnaíba; artesanato, de Teresina; aprisco, de Floriano e piscicultura, do Piauí. Vale ressaltar que este último foi considerado o município de Bocaina como cidade-polo, enquanto o programa do SEBRAE envolve os municípios de Esperantina, José de Freitas, Piracuruca, Teresina, Elesbão Veloso, Luzilândia, Piripiri, Parnaíba, Joaquim Pires e Inhuma.

Como foi mencionado anteriormente, no período 2008-2009 o SEBRAE possuía trinta projetos listados no SIGEOR. Inicialmente, todos esses projetos foram considerados apoiados por possuírem ações definidas. No entanto, pôde-se constatar que o SEBRAE-PI considera como arranjos apenas aqueles selecionados em parceria com a SEDET.

A CODEVASF identifica sete arranjos: cinco deles listados no PLANAP e dois arranjos de aquicultura (Quadro 3).

Nº	APL
1	Agricultura irrigada
2	Apicultura
3	Cajucultura
4	Extrativismo vegetal e mineral
5	Ovinocaprinocultura
6	Aquicultura nas regiões centro-sul e oeste do estado do Piauí
7	Aquicultura do baixo Parnaíba

Quadro 3 - APLs identificados pela CODEVASF. 2006

Fonte: CODEVASF (2006).

Desses APLs, a CODEVASF apoiou, inicialmente, quatro: apicultura; ovinocaprinocultura; aquicultura nas regiões centro-sul e oeste do estado do Piauí; e aquicultura do Baixo Parnaíba. Atualmente, a Companhia apoia outros arranjos, listados no Quadro 4.

N	Projeto/Arranjo
1	Aquicultura das regiões centro-sul e oeste do estado do Piauí
2	Aquicultura do Baixo Parnaíba
3	Caprinovinocultura, na mesorregião da Chapada do Araripe
4	Caprinovinocultura no território da Serra das Confusões
5	Caprinovinocultura no território dos Cocais e Entre Rios
6	Ovinocaprinocultura
7	Agroindústria da cachaça na mesorregião da Chapada das Mangabeiras
8	Bovinocultura no litoral piauiense
9	Apicultura na sub-região de São Raimundo Nonato
10	Apicultura no território da Serra das Confusões
11	Apicultura no município de Campo Maior
12	Apicultura na mesorregião da Chapada do Araripe
13	Cajucultura nas regiões norte e sudoeste
14	Floricultura tropical
15	Agricultura irrigada

Quadro 4 - APLs identificados e apoiados pela CODEVASF

Fonte: CODEVASF (2010)

Dos cinco arranjos listados no PLANAP não foram identificadas ações para o ano de 2009, apenas para extrativismo vegetal e mineral.

O BNB e a Prefeitura Municipal de Teresina não adotam a abordagem de arranjos, mas atuam em aglomerações produtivas empregando outras denominações, como polos integrados, polos setoriais, cadeias produtivas, *clusters* ou centros de produção. Os quadros 5 e 6 identificam essas aglomerações.

Nº	APL	Cidade-Polo	Nº Municípios
1	Polo integrado de desenvolvimento Uruçui-Gurguéia	Uruçui	19
2	Polo de saúde de Teresina	Teresina	01
3	Polo de turismo do litoral	Parnaíba	04

Quadro 5 - APLs identificados pelo BNB

Fonte: Veloso Filho et. al. (2009).

Nº	APL	Cidade-Polo	Nº Municípios
1	Polo de saúde	Teresina	01
2	Polo de artesanato do Poti Velho	Teresina	01
3	Polo de confecção e moda	Teresina	01

Quadro 6 - APLs identificados pela SEMDEC/PMT. 2009

Fonte: Veloso Filho et. al. (2009).

Com os estudos realizados, pode-se sugerir ainda a existência de novos arranjos, listados no Quadro 7.

Nº	APL	Cidade-Polo	Nº Municípios
1	Polo de minerais não metálicos	Teresina	01
2	Cultural e histórico	Oeiras	03
3	Cultural e religioso	Sta Cruz dos Milagres	01
4	Arranjo tecnológico	Teresina	01

Quadro 7 - APLs não identificados. 2009

Fonte: Veloso Filho et. al. (2009).

O Piauí tem uma ampla estrutura de atividades produtivas carentes, historicamente, de ações públicas eficientes que promovam o desenvolvimento sustentável. A abordagem em arranjos aliada ao fortalecimento institucional e promoção de políticas voltadas para superação dos entraves significativos poderá apoiar a consolidação de diversos APLs no estado, construindo um efeito dinâmico promotor do desenvolvimento econômico e social.

Os problemas na estrutura e na atuação dos órgãos do setor público criam obstáculos nas etapas de formulação, execução, acompanhamento e avaliação da política de promoção econômica e de apoio aos arranjos produtivos no Piauí. Neste, a política de promoção econômica e de apoio aos arranjos produtivos requer o fortalecimento dos órgãos envolvidos nesse setor, ainda que na configuração pragmática indicada pela experiência regional. É necessário o fortalecimento da SEDET, em termos de recursos humanos; reformas de instalações; veículos, móveis e equipamentos e recursos para despesas de custeio. Além disso, é necessário ainda que se estabeleça e operacionalize um sistema de acompanhamento e avaliação das ações junto aos arranjos. Esse sistema deverá ser orientado principalmente para aspectos-fins e os seus indicadores relacionados com parâmetros referentes aos próprios arranjos; secundariamente, poderá conter indicadores de execução mais relacionados com as atividades das organizações atuantes. Também se faz mister maior articulação entre as organizações atuantes em arranjos produtivos, no sentido de fortalecimento das parcerias e de efetivação das ações conjuntas programadas, esforços para formação de recursos humanos e intercâmbio de conhecimento.

Deve-se destacar ainda a importância da existência de mecanismos de representação e de fortalecimento da coordenação nas estruturas produtivas e a política estadual deve identificar e apoiar as organizações responsáveis pela coordenação local nessas estruturas produtivas. Essa capacidade local é o principal fator de formação e desempenho dos arranjos produtivos e pode contribuir para minimizar os efeitos dos obstáculos enfrentados pela política estadual de apoio aos arranjos produtivos.

O tema dos sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais deve ser abordado em uma perspectiva mais ampla dos campos disciplinares,

como teoria econômica, desenvolvimento, economia regional e urbana e planejamento econômico ●

Nota:

¹ Disponível em: <http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br>.

Referências

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. *Termo de referência para a política de apoio ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais*. 2004. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1234181254.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF. *Relatório Final. Plano de ações estratégicas da bacia do Parnaíba*. Brasília: CODEVASF; OEA, 2006 (Plano de ação para o desenvolvimento integrado da bacia do Parnaíba; 14).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF. *Arranjo produtivo local*. 13 abr. 2010. [online]. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial/arranjos-produtivos-locais>. Acesso em: 15 mar. 2011.

GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - GTP APL. *Manual de apoio aos arranjos produtivos locais*. Brasília: GTP APL/MDIC, 2007.

LEMONS, C.; ALBAGLI, S.; SZAPIRO, M. *Promoção de arranjos produtivos locais*. Rio de Janeiro: RedeSist/IE/UFRJ, 2004. (Nota Técnica).

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. *Termo de referência para atuação do Sistema SEBRAE em arranjos produtivos locais*. Brasília: SEBRAE, 2003 (Documentos).

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA ORIENTADA PARA RESULTADOS - SIGEOR. *Pesquisa de projetos*. SEBRAE-PI. Disponível em: <<http://www.sigeor.sebrae.com.br>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

VELOSO FILHO, F. de A. et al. *Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio nos arranjos produtivos locais. Piauí*. (Nota Técnica 02). RedeSist/IE/UFRJ; BNDES; FUNPEC, 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_PI.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2011.

*** Professor do DECON, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFPI e pesquisador associado da RedeSist/IE/UFRJ. (prancacio@hotmail.com).**

**** Professor do DGE e do mestrado em Ciência Política/UFPI, pós-doutor em Economia/UNB e pesquisador associado da RedeSist/IE/UFRJ. (aveloso@ufpi.edu.br).**

***** Professora do DECON, doutoranda em Desenvolvimento Econômico/UFRS e pesquisadora associada da RedeSist/IE/UFRJ.**

****** Professor do DECON e do mestrado em Ciência Política/UFPI, doutor em Ciência Política/UNICAMP e pesquisador associado da RedeSist/IE/UFRJ.**

IMPORTÂNCIA DO APL NO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO PARANÁ: análise dos principais casos paranaenses

Por Roberta da Rocha Rosa Martins*, Sérgio Luiz Loução**, João Carlos Baptista de Sousa*** e Belmiro Valverde Castor****

Um dos principais instrumentos para o crescimento sócio-econômico de uma comunidade está na sua capacidade de desenvolvimento baseado em Arranjos Produtivos Locais (APLs). No âmbito internacional, destaca-se a Itália nos ramos têxteis, cerâmica, mecânica e moveleiro. Nos Estados Unidos, precisamente a Califórnia, que é uma região símbolo de APLs, onde um conjunto de empresas objetiva a geração de inovações tecnológicas e científicas ligadas à produção de *chips*, eletrônica e informática.

No Brasil, o estímulo para a formação de distritos industriais e rede de cooperação técnica vem principalmente de agências de desenvolvimento, como Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este estímulo vem se intensificando nos últimos dez anos no Brasil como uma das alternativas mais eficientes e eficazes para o desenvolvimento regional sócio-econômico. No Paraná não tem sido diferente o fomento pelos APLs. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e o IPARDES têm participado ativamente desde 2005 com alguns projetos para identificar e formular as políticas e regras para os arranjos produtivos locais.

A formação deste aglomerado de empresas, de técnicas, de experiências e de competências é o propulsor econômico e social de regiões e comunidades. Nesse sentido, este trabalho visa descrever a força do APL nas diversas regiões do Paraná, assim como os principais ramos e características das aglomerações industriais especializadas.

Os APLs podem ter diversas características, como tamanho e complexidade na especialidade de produção, amplitude, intensidade de dependência de políticas governamentais - federal, estadual e municipal - e fases de maturidade de seu desenvolvimento, sempre se encaminhando para o desenvolvimento da região e estímulo da renda e do emprego da mesma. Os APLs são compostos de setores correlatos, com ligações em rede e metas coordenadas para o bem comum, abrangendo empresas de apenas um setor, assim como um núcleo composto de fornecedores de insumos, materiais e serviços industriais, máquinas, indústria da tecnologia, entre outros. Instituições universitárias e tecnológicas também são importantes na composição dos APLs, objetivando a cooperação técnica e atendimento às necessidades das empresas.

Normalmente os APLs são caracterizados por uma empresa motriz ou empresa-âncora, acompanhada de um aglomerado de fornecedores e fabricantes que mantêm um quadro associativo de vínculos técnicos, comerciais e econômicos. Essa relação comercial entre empresa-âncora, clientes, fornecedores e prestadores de serviço é que acaba por dar a potencialidade e força do APL. Para que esta relação seja desenvolvida, é necessária uma relação confiável e dotada de segurança e sucesso. Para Humphrey e Schmitz (1998), a questão da confiança tem posição de destaque no debate sobre desempenho econômico de empresas, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. Alter e Hage (1993) também deixam claro o papel da confiança, sugerindo que o desenvolvimento desta é facilitado em comunidades locais pelo fato de haver uma identidade cultural local potencial, o que facilita a troca de informações.

A interatividade e as transações praticadas

diariamente entre empresas e *stakeholders* (partes interessadas) só é possível pela confiança entre os agentes locais. Barboza (1998, p. 12), em um estudo para a Confederação Nacional da Indústria (CNI) demonstra que da força deste relacionamento entre os *stakeholders* “consolida-se a representatividade dos interesses locais perante os agentes institucionais da esfera estadual e federal, e [...] dinamizam-se as relações entre as empresas locais”.

Outra grande importância dos APLs é o fator cultural. Tironi (2001) cita dois grandes fatores que podem atrapalhar a relação de confiança entre as empresas participantes dos APLs. O primeiro é a complexa e burocrática relação contratual entre as empresas, que reduz muito a agilidade e a tomada de decisão, resultando em custo maior. O segundo é a influência da estrutura sindical patronal, que reduz a visão de sua importância na cadeia de valor. Humphrey e Schmitz (1998) afirmam que em um ambiente onde a dependência mútua é grande a exposição ao oportunismo também é muito alta; havendo falta de sinceridade ou honestidade, de acordo com Williamson, (1991). Ou seja, o risco que os empresários correm está no excesso de confiança e na imersão dos *stakeholders* que facilitam o mesmo.

Santos (2002) enfatiza a importância da preocupação social das empresas no ambiente local, o que facilita em muito as interações interpessoais e empresariais. O autor afirma que para existir cooperação e confiança entre as empresas em um arranjo produtivo faz-se necessária a proximidade física e cognitiva (confiança), o que resulta no conceito de “capital social”. Nesse sentido, Hansen (2003, p. 17) afirma que cooperação e confiança:

[...] estão conectadas por uma série de ligações e redes sociais, institucionais, culturais e técnicas que conduzem à criação de capital social. Esta noção de capital social local é uma extensão das noções de capital humano, de infra-estruturas, de instituições ou de capital físico.

Albagli e Brito (2003), dentro desta perspectiva, afirmam que uma proximidade geográfica facilita a cooperação técnica e a troca de informações, pelas características culturais semelhantes, processos flexíveis e eficientes. No Brasil, por estudos do IPARDES, SEBRAE e BNDES, o cenário das décadas de 1990 e início dos anos 2000 tem se mostrado pouco eficiente e eficaz na cooperação e nas ligações entre os *stakeholders*.

Estudos de Cassiolato, Lastres e Szapiro

(2000) sobre as aglomerações no Brasil demonstraram pouca cooperação ou ligações entre as empresas, apresentando um desenvolvimento baseado nas características destacadas da mão de obra disponível, sem desenvolver Instituições fortes locais. Schmitz (1997) determina a potencialidade do conceito de eficiência coletiva, segundo o qual a ação conjunta dos participantes e vantagens aglomerativas contribuem para melhorar a competitividade da região. Porter (1999) admite que estas vantagens e aumento da produtividade geram redução de custo, maiores inovações e desenvolvimento técnico e pessoal. Ainda, Santos e Guarneri (2000) identificam os principais benefícios entre os agentes envolvidos quando há um APL, citando os benefícios esperados com as relações dos APLs entre as pequenas e médias empresas e também a empresa-âncora e as universidades e Instituições.

A relação com as empresas de pequeno e médio porte tem como resultados esperados um maior compartilhamento de atividades comuns, como: poder de compra de insumos; treinamentos específicos e orientados para a mão de obra local, melhorando o desempenho e produtividade; contratação de serviços em logística, reduzindo drasticamente os custos de transporte; maior acesso à informação tecnológica e cooperação técnica no aprimoramento dos produtos e redução de custos; maior acesso a sistemas de informação e assistência técnica; melhoria de processos produtivos, objetivando uma maior eficiência operacional; ganhos de competitividade e redução de custos pela qualificação e capacitação das empresas; maior agregação de valor aos produtos; e acesso a créditos onde há potencialização de oferta de maiores garantias.

Os benefícios da relação com a empresa-âncora trazem diversas vantagens, quais sejam: racionalização das atividades exercidas na região; redução de todas as fases produtivas; aproveitamento de especialidades externas; garantia de oferta de insumos adequados à potencialidade comercial; e implementação de novas tecnologias e técnicas nos fornecedores, pela proximidade física e tecnológica.

As universidades e instituições técnicas fomentam a geração de receita, promovendo a maximização da potencialidade técnica da mão de obra. As Instituições e empresas envolvidas nos APLs são fortalecidas e profissionalizadas, havendo uma maior integração na comunidade

empresarial. De acordo com Diniz (2000, p. 10), “o processo de inovação resulta da combinação entre pesquisa, desenvolvimento e sua interação com as condições econômicas e sociais presentes em cada espaço, através da interação entre firmas e o meio nas quais estão envolvidas”.

Segundo Albagli e Brito (2003), a cooperação pode ocorrer pela troca de informações referentes ao processo produtivo, conhecimento mútuo das técnicas mercadológicas, clientes, fornecedores e concorrentes. Amato Neto (2000) apresenta um modelo próximo ao de Albagli e Brito, afirmando que as principais razões no incremento das relações de cooperação empresarial estão na combinação de competências e *know-how* empresarial; divisão dos ônus da realização de pesquisas tecnológicas; partilha dos riscos e de novas oportunidades inovativas; diversificação de produtos; melhora da qualidade dos produtos; comércio exterior e maior poder de barganha com os fornecedores.

No Paraná, os estudos dos APLs estão em desenvolvimento, sendo monitorados e estudados por algumas organizações privadas e públicas. A SEPL e o IPARDES estão desenvolvendo, desde 2005, um projeto que está ajudando a identificar, caracterizar e apoiar a formulação de políticas dos APLs no estado do Paraná. Sua meta é subsidiar tecnicamente as ações da Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Rede APL Paraná). Os estudos estão direcionados para pesquisas das organizações produtivas existentes, promovendo programas e políticas de apoio para alavancar o desenvolvimento sócio-econômico, geração de renda, maximização da eficiência e eficácia da cadeia produtiva e emprego. No Paraná, os APLs contam também com o apoio do governo do estado, SEBRAE/PR, Sistema FIEP, além das prefeituras e das associações empresariais locais.

Conforme o IPARDES, em 2005 havia 114 APLs espalhadas pelo estado, totalizando aproximadamente 155 mil empregos formais, correspondendo a quase 40% dos empregos formais da indústria paranaense, com quase 7,7 mil estabelecimentos industriais, sendo a maioria de micro e pequenas empresas. Os principais APLs paranaenses são das indústrias de metais sanitários, de Loanda e região; cultivo e processamento de mandioca, em Paranavaí; indústria de bonés, em Apucarana; moda bebê, de Terra Roxa; instrumentos médicos e odontológicos, de Campo Mourão; cal e calcário, da região

metropolitana de Curitiba; aparelhos e equipamentos médicos-odontológicos, de Curitiba; equipamentos e implementos agrícolas, de Cascavel e Toledo; louça e porcelana, de Campo Largo; madeira e esquadrias, de União da Vitória; confecções, móveis e alumínio, do Sudoeste do Paraná; móveis de madeira, de Rio Negro; móveis de metal, de Ponta Grossa; móveis, de Arapongas; *software*, de Pato Branco, Dois Vizinhos, Londrina, Maringá e Curitiba; confecções, de Maringá e Cianorte; e malhas, de Imbituva. Estas são consideradas as principais indústrias que apresentam elevada participação na economia estadual.

Dos APLs apresentados, existem seis que se destacam: APL de confecção em Cianorte, APL de móveis em Arapongas, APL de mandioca em Paranavaí, APL da cal e do calcário na Região Metropolitana Norte de Curitiba, APL de malhas em Imbituva e APL de metais sanitários em Loanda.

Em Cianorte encontram-se mais de 400 empresas de confecção, que empregam mais de 15 mil trabalhadores, com concentração comercial nos seis *shoppings* da cidade. O comércio com o mercado atacadista é organizado e intermediado pela Associação dos Shoppings Atacadistas de Moda de Cianorte (Asamoda), criada em 2000, com cerca de 350 lojistas. A Asamoda realiza análises, controle e definição de crédito, assim como as relações públicas, prospecção de mercado e soluções para problemas de cobrança. A principal ação do APL é a Expovest (feira dos lojistas locais), sendo que a primeira edição ocorreu em julho de 1990, com a participação de aproximadamente 10 mil pessoas do Brasil inteiro. Com a necessidade de mão de obra especializada, três entidades formam-na para a indústria da moda na região, quais sejam: o Serviço Nacional da Indústria (Senai), a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Paranaense (Unipar), as quais possuem cooperativa de crédito fomentando as linhas de financiamento às empresas locais.

Em Arapongas, o setor moveleiro é considerado o mais importante do Paraná. Este grande polo é formado por treze municípios: Arapongas (sede do sindicato), Londrina, Cambé, Rolândia, Sabáudia, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Marialva, Mandaguari, Marigé, Califórnia e Sarandi, contando com aproximadamente 550 empresas e 11 mil funcionários. Segundo dados do Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas (Sima), 95% da

produção de móveis neste município são comercializados no mercado nacional e outros 5% são destinados ao mercado externo, sendo 3% para o Mercosul e 2% para o Canadá, Europa, Ásia e África. O Senai presta serviços de apoio tecnológico e técnico, com laboratórios de produtos do mobiliário, cursos e treinamentos, educação e informação tecnológica. Existe ainda uma Central de Compras (Cecomar) e uma Cooperativa dos Exportadores de Móveis de Arapongas (Cooexport).

Em Paranavaí encontra-se o principal polo de industrialização da mandioca no Paraná, representando 70% da fécula (amido de mandioca) produzida no Brasil, sendo o estado o terceiro maior produtor nacional de mandioca, perdendo apenas para os estados do Pará e da Bahia, com mais de 15% da produção nacional.

O APL da cal e do calcário na Região Metropolitana Norte de Curitiba é produtora de minerais não metálicos: calcário calcítico, calcário dolomítico, areia brita, argila, caulim, talco, fluorita, mármore e granito. Estes são materiais empregados largamente na fabricação de produtos para a construção civil e na agricultura. A indústria de cal e calcário representa 40% do PIB mineral do Paraná, o que a coloca como o segmento mais importante da mineração paranaense. As reservas são da ordem de seis bilhões de toneladas, colocando o estado em posição de destaque em nível nacional.

Em Imbituva há uma concentração de malharias, com aproximadamente 60 empresas, gerando mais de mil empregos diretos e indiretos, envolvidos nas atividades de fabricação e comercialização de artigos de malha para períodos de frio. De acordo com Hoffmann e Lins (2003), as malharias tiveram início em Imbituva em 1974, quando houve uma primeira tentativa em sociedade, a qual foi posteriormente desfeita dando origem a uma nova empresa. Em 1988 foi criada a Associação das Malharias de Imbituva, que promoveu a realização da feira de malhas conhecida como Femai (Feira de Malhas de Imbituva).

O APL de metais sanitários em Loanda encontra-se na região do Extremo Noroeste do Paraná, a 560 km de Curitiba. Nesta região, concentram-se ainda os municípios de Santa Cruz do Monte Castelo, São Pedro do Paraná e Santa Izabel do Ivaí. A indústria de metais sanitários tem um histórico de 25 anos e surgiu a partir de uma experiência pioneira e solitária de um único

empreendedor, o Sr. Salvador Casado, que, na época, instalou a primeira fábrica de torneiras, a Metais Imperatriz. Este APL concentra-se na produção de torneiras, metais hidráulicos, registros, válvulas de metal, saboneteiras, entre outros, gerando mais de 4.000 mil empregos diretos e indiretos em 15 empresas.

Indubitavelmente, o APL é um instrumento poderoso para a geração de polos de crescimento industrial e para o estímulo da formação de pequenas e médias empresas dentro de um distrito específico industrial. As redes de cooperação, coordenação próxima e apoio das agências de desenvolvimento são mecanismos perfeitos para o crescimento sustentável de regiões com determinadas características e competências, o que restou comprovado pela presente pesquisa efetuada no estado do Paraná.

No entanto, o Brasil está longe do alcance de sua plenitude no que concerne ao APL, quando comparado a algumas regiões, como Itália e Califórnia, sendo necessárias ainda muitas melhorias. Tais melhorias devem ser efetuadas nos processos visando à eficiência, gerenciamento do negócio e maior participação dos agentes fomentadores de desenvolvimento (como entidades de suporte técnico, universidades, centros de pesquisa, entre outros), além da qualificação de mão de obra. A necessidade de capacitação, melhora dos padrões de produtividade, melhor difusão de tecnologias de produtos e de processos produtivos determina quem poderá vir a ter um potencial sustentável. O que se torna necessário é uma maior articulação, mobilização e envolvimento das instituições parceiras, aumentando sua interface com os APLs para que se possa avaliar e acompanhar melhor as ações tomadas.

Outro detalhe a ser sanado é a garantia de autonomia aos APLs, desburocratizando os processos, para que os mesmos consigam atingir resultados maiores. Também é importante salientar a necessidade de fomentação de projetos estratégicos em APLs do estado do Paraná, objetivando um diálogo entre todos os *stakeholders*. A cooperação mútua será fundamental para que as estratégias definidas alcancem os resultados esperados, sendo sustentáveis ao longo do tempo, priorizando as necessidades e aspirações do setor e buscando melhores apoios e parcerias estratégicas. A maior competitividade, seguida da conquista de novos mercados, será primordial para o desenvolvimento

industrial sustentável no Paraná.

A presente pesquisa evidenciou conquistas importantes em APLs no estado paranaense, as quais garantem boas perspectivas futuras, desde que efetuadas certas melhorias consideradas essenciais para que se obtenha o resultado esperado ●

Referências

- ALBAGLI, S.; BRITO, J. *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Rio de Janeiro: Redesist, 2003.
- ALTER, C.; HAGE, J. *Organizations working together*. Newbury Park: Sage Publications, 1993.
- AMATO NETO, J. *Redes de cooperação produtiva e clusters regionais*. São Paulo: Atlas, 2000.
- BARBOZA, L. C. (Org.). *Agrupamentos (clusters) de pequenas e médias empresas*. Brasília; Rio de Janeiro: CNI, 1998.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; SZAPIRO, M. *Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2000.
- DINIZ, C. C. *Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000. (Texto para discussão, 168).
- HANSEN, D. Conhecimento, aprendizado e desenvolvimento local. In: ENCONTRO DE ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2003, Recife. *Anais*. Recife, 2003.
- HOFFMANN, R. C.; LINS, H. N. *Iniciativas e impasses em uma pequena aglomeração confeccionista*. Florianópolis: UFSC, 2002.
- HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. Trust and inter-firm relations in developing and transition economies. *The Journal of Development Studies*, Londres, v. 34, n. 4, p. 32-61, Apr. 1998.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. *Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90*. Curitiba: IPARDES, 2003.
- PORTER, M. *Competição*. Campus: Rio de Janeiro, 1999.
- SANTOS, A. M. M. M.; GUARNERI, L. S. *Características gerais do apoio e arranjos produtivos locais*. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 12, p. 195-204, set. 2000.
- SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. *Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 151-179, dez. 2004.
- SCHMITZ, H. *Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.
- TIRONI, L. F. *Os desafios e oportunidades da indústria brasileira*. In: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O futuro da indústria. Brasília: IEL, 2001.
- WILLIAMSON, O. E. *Comparative economic organization*. Administrative Science Quarterly, Ithaca, v. 36, n. 2, p. 269-206. Jun. 1991.

*Mestranda em administração estratégica, PUC-PR (robertarosamartins@hotmail.com).

**Mestrando em administração estratégica, PUC-PR (sergio@loucao.com.br).

***Mestrando em administração estratégica, PUC-PR (jcbsousa@uol.com.br).

****PhD em Administração Pública pela University of Southern California, professor titular aposentado da UFPR e professor do programa de doutorado e mestrado da PUC-PR (belmirocastor@gmail.com).

CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL E BANCÁRIA E RESTRIÇÃO DO CRÉDITO: estudo teórico da causalidade entre variáveis reais e financeiras a partir da hipótese da restrição do balanço de pagamentos do modelo de crescimento Kaldor

Por James Dean Cardoso Leal*

Resumo: Este artigo discute as causas da concentração industrial e bancária e da restrição do crédito como fatores capazes de acentuar desigualdades regionais. A partir da abordagem pós-keynesiana do funcionamento do sistema financeiro e da explicação de Kaldor para as taxas de crescimento regionais desiguais, sustenta-se que as deficiências estruturais reduzem o volume de crédito e elevam as taxas de juros acentuando a estagnação das economias regionais periféricas.

1 Introdução

As diferenças de padrões de vida entre as regiões e sua evolução são diretamente proporcionais ao nível de desenvolvimento que apresentam e são determinadas pela interação de variáveis reais e financeiras.

O estudo da causalidade entre fenômenos reais e financeiros no processo de crescimento chama para si a possibilidade de oferecer diagnósticos e propostas de políticas econômicas mais eficazes pela combinação mais eficiente dos instrumentos mobilizáveis ou de confirmar o grau de asserção das já implementadas.

A questão que se coloca é qual a ordem causal da concentração bancária e industrial e da restrição do crédito regional? Considera-se a hipótese de que a concentração bancária tem as mesmas causas da industrial e que é diretamente afetada pelo curso desta, enquanto a restrição ao crédito nas regiões periféricas é consequência lógica desse processo.

As análises e discussões aqui desenvolvidas têm por base obras de autores contemporâneos cujas hipóteses que sustentam suas análises são convencionalmente chamadas de heterodoxas. Apesar de esses autores pertencerem a linhas teóricas diferentes, o problema tratado reúne em

torno de si pontos de vista convergentes, o que facilita o uso da literatura sem perda da coerência.

Este trabalho se estende por outras 4 seções. A seção 2 discute o financiamento do investimento numa visão pós-keynesiana como elemento indispensável ao desenvolvimento regional. A seção 3 apresenta a explicação de Kaldor (1978) para o processo desigual de crescimento regional em conexão com a lei de Verdoorn, que trata da relação entre o crescimento do produto e da produtividade. A seção 4 conecta o setor real e financeiro e trata das causas da restrição do crédito, partindo do tratamento dado por Davidson (1994) ao financiamento do comércio interregional e mostrando que a concentração bancária se dá concomitante à empresarial e que potencializa a aceleração desta. Finalmente, a seção 5 apresenta as conclusões do estudo.

2 A Participação do Sistema Financeiro no Processo de Crescimento do Ponto de Vista Pós-keynesiano

As atividades bancárias induzem, em boa medida, as decisões e as estratégias dos agentes econômicos, propiciando, quando adequadamente reguladas, saltar etapas na produção e ampliar o bem-estar social. Dentre as teorias que tratam do

funcionamento do sistema financeiro, a visão pós-keynesiana é especialmente realista ao discutir as implicações de seu desenvolvimento.

Studart (1999) assinala que a maioria dos pagamentos se realiza em moeda bancária e que em um sistema bancário desenvolvido a concessão de crédito se reduz à criação escritural de um ativo (empréstimo) e um passivo (depósito), dispensando a necessidade de poupança prévia dos indivíduos. Os bancos passam de intermediários financeiros a criadores de moeda endógena. O volume de crédito e as taxas de juros condicionam a execução de projetos de investimentos. A viabilidade destes está relacionada inversamente às taxas de juros e diretamente ao volume de crédito. Nesse contexto, o efeito multiplicador do investimento gera renda e poupança necessária à consolidação financeira (*funding*), reduzindo as fragilidades inerentes ao crescimento econômico baseado em crédito bancário. O esquema financiamento-investimento-poupança-*funding* assume a posição keynesiana de que em economias monetárias a decisão de investir precede a criação de renda, embora se admita que haja autofinanciamento por meio de lucros retidos, assevera-se que o acesso ao crédito bancário proporciona aos empresários flexibilidade na alavancagem financeira e que taxas de juros nominais de curto prazo estáveis são essenciais à rolagem de dívidas de empresas inversoras.

Para Luiz Fernando de Paula (1999), os bancos condicionam a concessão de crédito e a criação de depósitos à conciliação entre lucratividade e preferência pela liquidez, moldando as condições de financiamento da economia e consequentemente o produto e o emprego. Já a decisão de fornecer ou não moeda para consumo ou investimento está condicionada à qualificação dos agentes e do ambiente de negócios como, por exemplo, à liquidez regional (AMADO, 1999).

3 A Explicação de Kaldor para o Crescimento Desigual das Regiões

Na tentativa de explicar o crescimento desigual das regiões, Kaldor (1978) descarta a explicação comum dos teóricos clássicos e neoclássicos fundamentada na dotação de fatores naturais. Clima e componentes geológicos podem influenciar a especialização da produção e a divisão regional do trabalho, mas a história tem demonstrado que inventividade, vitalidade e frugalidade combinadas com boas instituições sociais e políticas suplantam o determinismo da escassez de recursos naturais.

Para o autor, não se pode dizer que as indústrias se localizam em regiões ricas. Esta hipótese de disponibilidade de recursos iniciais endógenos é similar à hipótese da dotação de fatores naturais e não satisfaz. Grandes indústrias não eram ricas no início de suas atividades, mas enriqueceram no processo de desenvolvimento industrial; o mesmo acontece às regiões. A teoria da localização só explica satisfatoriamente a obtenção de ganhos reais com a redução dos custos de transporte para aquelas indústrias que conseguem reduzir o volume a ser transportado no processamento das matérias-primas. Para todas as outras indústrias é indiferente estarem localizadas próximas aos fornecedores, aos consumidores ou entre ambos.

O modelo de crescimento regional sustentado proposto por Kaldor (1978) condiciona que o balanço de pagamentos esteja equilibrado. Grosso modo, a taxa de crescimento sustentável do produto (g^*) seria determinada pela diferença do crescimento das taxas de exportações (g_x) e da propensão marginal a importar (g_m):

$$g^* = g_x - g_m \quad (1)$$

Considerando válida a hipótese do crescimento liderado pela demanda, tem-se que *deficits* comerciais persistentes em certa região impedem o crescimento desta, ao passo que o crescimento das regiões com melhores estruturas econômicas e que detêm sucessivos superávits comerciais, avança. Importante salientar que para que haja alguma equidade no crescimento regional as economias comercialmente deficitárias deveriam acelerar o crescimento das exportações relativamente às importações, ou seja, fazer g_x maior que g_m .

Historicamente, as regiões urbanizadas acumulam vantagens consubstanciadas na fácil transmissão de ideias e experiências, na diferenciação de processos e na especialização das atividades humanas. Nestes termos, a tecnologia e o exercício do poder favorecem o crescimento econômico regional no que é conhecido como lei de Verdoorn, que afirma haver uma forte relação positiva entre o crescimento escalar das atividades industriais e o binômio produtividade-eficiência (KALDOR, 1978); isto implica em um processo circular: crescimento escalar das atividades leva a crescimento das exportações, que, por sua vez, leva a crescimento escalar das atividades e, portanto, do Produto Interno Bruto (PIB) regional. Naturalmente, a ausência destas vantagens ocasiona baixo

crescimento. As altas rendas de algumas regiões são explicadas pelo desenvolvimento industrial materializado em fábricas ou empresas, equipamentos e habilidades humanas.

Embora Kaldor (1978) trate as taxas de juros como exógenas, está explícita a importância dos custos ao investidor e a racionalidade dos negócios praticados; e uma conclusão lógica é que variáveis financeiras condicionam a tomada de decisão por afetarem os custos e resultados.

4 A Conexão entre as Variáveis Reais e Financeiras, a Concentração Bancária e a Restrição ao Crédito: reexaminando a causalidade

A participação do sistema financeiro na economia e o modelo de crescimento regional kaldoriano conectam-se firmemente através do financiamento do comércio interregional, que é, entre outras coisas, um dos determinantes da concentração bancária e de restrições na oferta de crédito.

Davidson (1994), tratando do financiamento do comércio interregional, afirma que *deficits* regionais crônicos criam fluxos crônicos de moeda dos bancos localizados nas regiões deficitárias para os bancos localizados nas regiões superavitárias. O resultado imediato é que para financiar esse *deficit* as agências localizadas em regiões deficitárias e seus clientes terão que vender ativos líquidos para as regiões superavitárias. Cria-se com isso uma crise de liquidez regional. Caso alguma autoridade financeira ou estatal não intervenha, forçando o curso da moeda das regiões superavitárias para as deficitárias, os residentes destas perderão paulatinamente a capacidade de comerciar com aquelas, incorrendo em perdas relativas de bem-estar e pífio crescimento. Se os *deficits* comerciais estruturais não forem revertidos ou se não houver refluxo de moeda das regiões superavitárias para as deficitárias pela intervenção do banco central, do Governo ou de algum portentoso agente privado, haverá crescimento do desemprego e recessão e o empobrecimento das regiões deficitárias. Sendo as regiões periféricas importadoras líquidas, sob estas condições, haverá queda nas receitas das exportações das regiões centrais e ambas serão prejudicadas.

Segundo Amado (1999, p.218), os *deficits* comerciais estruturais das regiões periféricas levam a restrições na concessão do crédito bancário, uma vez que os bancos observam os saldos

comerciais regionais e o estado de iliquidez dos agentes. A contraparte lógica é uma expansão do crédito nas regiões superavitárias, contribuindo para o processo de concentração industrial. Trata-se de um agravante de efeito duplicado, pois o que é retirado da periferia é acrescentado na região central.

Crocco (2003) observa que o crédito bancário, em um segundo momento, gera uma sequência de depósitos secundários. No caso de uma região com *deficits* comerciais estruturais há exportações líquidas de depósitos. Ainda que não haja calotes generalizados, os bancos tendem a deixar a região pela falta de perspectiva de crescimento. O modelo de crescimento de Kaldor (1978) oferece explicações para as diferentes taxas de desenvolvimento entre as regiões, mas não explora as implicações financeiras, causais ou decorrentes. Crocco (2003) afirma que a forma de atuar dos bancos e as economias de aglomerações reforçam a concentração industrial.

Essas externalidades positivas (*spillovers*) são um forte atrativo à instalação de novas indústrias e estas são os potenciais clientes dos bancos pelo lado da oferta. Ao mesmo tempo, os bancos financiam o consumo aumentando a demanda efetiva e, portanto, influenciando simultaneamente o nível do produto pelas duas interfaces da dinâmica econômica.

A atividade bancária conecta todos os setores econômicos e fornece recursos a todos os agentes qualificados por critérios de garantias e, assim, possibilita a execução de projetos rentáveis sob condições econômicas favoráveis. Os bancos, como quaisquer empresas, buscam proximidade com os clientes a fim de potencializar os negócios. Essa atitude afeta a localização espacial das agências, o método de atuação, os produtos e os serviços oferecidos.

Se certa região tem iliquidez crônica, os bancos, exercendo livremente sua preferência pela liquidez, fecharão suas agências nesta região e se estabelecerão em outras mais líquidas, as quais, geralmente, são conglomerados urbano-industriais. Esta é uma explicação factível para a concentração bancária. Kaldor (1978) afirma que onde estiverem os mercados estarão as indústrias. Pode-se acrescentar que onde estiverem as indústrias estarão os bancos.

O custo de operar em ambiente ilíquido reduz o volume de crédito concedido ou eleva as taxas de juros, ou ambas as coisas, em função do risco. Se

os bancos abrirem mão da preferência pela liquidez e concederem crédito sob condições econômicas adversas e a perfis inadequados de tomadores, estarão cometendo eutanásia.

Amado (1999) sugere a injeção de liquidez regional pela criação de bancos regionais geridos por uma agência de planejamento e ativação de mercado de capitais locais, dentre outras medidas possíveis, como forma de contenção dos efeitos concentradores acima descritos. Conclui acertadamente que políticas financeiras devem ser combinadas com políticas de formação de estruturas econômicas capazes de estancar ou reverter a concentração de liquidez, que, em suma, causa a concentração industrial e bancária.

5 Conclusão

A concentração bancária é parte inseparável do processo de concentração industrial e ambas têm as mesmas causas: a defasagem estrutural entre as regiões e a busca de otimização de resultados pela conciliação da preferência pela liquidez e lucratividade. É fato, portanto, que os serviços bancários e a moeda privada, em medida compatível com atividade empresarial, contribuem para a aceleração do desenvolvimento das regiões que possuem boas condições estruturais.

Assim, um meio de conter a tendência à concentração ou de promover a desconcentração bancária regional seria a expansão da demanda agregada nas regiões periféricas e a redução do custo operacional. Isto implica em intervenção direta no sentido de fornecer volume de crédito e condições que reduzam os custos de financiamento e, concomitantemente, que elevem a demanda efetiva, mas que também garantam espaço para as instituições financeiras privadas atuarem. Este texto vem demonstrando que esta política só seria eficaz, dada a existência de vazamentos monetários, se combinada com desenvolvimentos infraestruturais capazes de criar emprego e renda, reduzir os custos estruturais para os investidores e, com isso, facultar a instalação de empresas com ganhos reais relativos às regiões centrais. Neste caso, devido à agressividade competitiva do setor financeiro, a localização das agências bancárias acompanharia a localização das empresas.

Esta pesquisa induz à percepção de que a concentração regional de liquidez tem fortes relações com o nível de demanda agregada, mas também com a distribuição funcional da renda, pois

a dinâmica do crescimento regional depende, entre outras coisas, da suficiente demanda efetiva. A hipótese deste trabalho se afigura bastante realística e sua contribuição se efetiva à medida que discute alguns gargalos estruturais de regiões periféricas e proporciona um ponto de vista útil e necessário para planejar e orientar o crescimento regional mais equitativo●

Referências

AMADO, A. M. Moeda, sistema financeiro e trajetória de desenvolvimento regional desigual. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. R. de (Org.). *Macroeconomia moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 208-224.

CROCCO, M. Financiamento do desenvolvimento regional no Brasil. In: SICSÚ, J.; OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. de (Org.). *Agenda Brasil*. Barueri: Manole, 2003. p. 297-332.

DAVIDSON, P. *Post keynesian macroeconomic theory: a foundation for successful economic policies for the twenty first century*. Vermont: Edward Elgar, 1994.

PAULA, L. F. R. de. Teoria da firma bancária. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de (Org.). *Macroeconomia moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 171-189.

KALDOR, N. The Case for Regional Policies. In: KALDOR, N. *Further Essays on Economic Theory*. New York: Holmes & Meier, 1978. p. 139-154.

STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de (Org.). *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 151-170.

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí e aluno do mestrado em Economia Regional (PPECO) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (jamesdcleal@hotmail.com).

RESENHA: Gramsci e seu “infinito laboratório”

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*, São Paulo: Alameda, 2008.

O objetivo desse texto é resenhar um recente livro de Alvaro Bianchi, Prof. Dr. do Departamento de Ciência Política da Unicamp: “O laboratório de Gramsci”. O autor há algum tempo tem a preocupação intelectual com o pensamento do comunista italiano Antonio Gramsci. Seu primeiro livro publicado, uma dissertação de mestrado, versava sobre o pensamento empresarial em perspectiva afim ao autor italiano, aquela da formação da hegemonia (BIANCHI, 2001). Uma extensa produção se seguiu na trajetória acadêmica de Bianchi, com a publicação de vários artigos que contemplavam resultados parciais sobre a pesquisa referente à obra de Gramsci. Entre eles, destaque-se “Croce, Gramsci e a ‘autonomia da política’” (BIANCHI, 2007), como parte de um dossiê sobre o autor italiano que Bianchi organizou para a *Revista de Sociologia e Política* da Universidade Federal do Paraná.

Por que mais um livro e uma pesquisa sobre Gramsci? O que há de novo para justificar tal empreendimento? Alvaro Bianchi enfrentou tal questionamento no decorrer de suas investigações sobre o comunista sardo. Afinal, ao que parece, tudo já se disse sobre suas elaborações acerca da hegemonia e da sociedade civil, do bloco histórico, do papel da cultura e dos intelectuais orgânicos. A proposta do livro é a oposição justamente ao senso comum vulgarizador em torno de tais categorias, normalmente constitutivas de um novo encarceramento além daquele enfrentado por Gramsci no período fascista - para usar uma metáfora do próprio Bianchi (2008).

No esteio desse raciocínio sobre o senso comum mencionado, caberiam algumas perguntas: seria Gramsci aquele que reconciliou o marxismo com a política, uma vez que o primeiro teria o predomínio do econômico? Não seria justamente Gramsci o autor de uma perspectiva analítica diversa daquela do materialismo histórico ao enfatizar os aspectos referentes à cultura? Caberia o crédito ao autor dos *Quaderni del Carcere* por propugnar uma perspectiva democrática e liberal

que enfatize a hegemonia - e, portanto, o consenso na sociedade civil - por oposição ao caráter coercitivo do Estado? Não são essas, de modo algum, as trilhas seguidas por Alvaro Bianchi em seu livro “O laboratório de Gramsci”.

Reduzir o marxismo à economia é uma perspectiva das mais vulgares de sua interpretação. Não existe o Gramsci da economia ou o Gramsci da política, separadamente, como já sustentou aquele que apresentou o comunista italiano ao nosso autor, o seu ex-orientador, o professor aposentado da Unicamp, Edmundo Fernandes Dias (2006). A distinção entre economia e política e entre cultura e outras perspectivas é também apenas metodológica. Gramsci foi forte crítico das apreensões mecanicistas, fatalistas, economicistas e deterministas do materialismo histórico. Como propõe o subtítulo do livro, a obra carcerária de Gramsci proporciona uma unidade entre história, filosofia e política. Em sua obra carcerária, o objeto privilegiado por Gramsci é a política.

Fosse possível desvincular economia e política, teoria e prática, abrir mão da totalidade dos processos históricos e sociais em perspectiva mais ampla como pano de fundo das análises, estar-se-ia prescindido não somente do caráter marxista da obra gramsciana, como também da ligação da sua vida e obra como um todo, vinculada à perspectiva de diagnóstico e intervenção no âmbito do materialismo histórico. Nesse sentido, não se faz leitura pós-moderna, liberal ou social-democrata de Gramsci - formas interpretativas bastante em voga. O livro de Bianchi contempla a trajetória de Gramsci de modo coerente, estabelecendo nexos com a obra e militância comunista de seu período pré-carcerário, embora tal momento não seja objeto da reflexão da obra. Dentro da perspectiva mais ampla de não cindir teoria e prática, há que se lembrar que o livro faz parte de um programa de pesquisa mais amplo vislumbrado por Bianchi, que buscaria estudar importantes militantes que

buscaram formular um critério explicativo conjunto à sua prática no que tange à análise das sociedades do leste europeu. Antonio Gramsci seria um destes autores (BIANCHI, 2000); todavia, a preocupação com o estudo de Gramsci por Bianchi vai bem além.

A estrutura de alguns dos capítulos do livro sugere que algumas distinções atribuídas a Gramsci só fazem sentido do ponto de vista metodológico, ponto cuidadosamente trabalhado em seu texto com diferentes categorias do comunista sardo. Opõe-se não somente àquele senso comum desprovido de acuracidade que traz novo aprisionamento do comunista italiano, como também àquelas leituras dominantes, notadamente de cunho liberal. Assim, categorias gramscianas, muitas vezes abordadas de modo estanque, aqui são entendidas na sua organicidade dialética. Tal unidade é contemplada em títulos dos capítulos do livro: “Estrutura/Superestrutura”, “Estado/Sociedade Civil”, “Guerra de movimento/Guerra de posição”, “Revolução/Restauração”.

Segue-se uma breve amostra deste último raciocínio sobre os capítulos em questão.

Uma pretensa “teoria das superestruturas” no pensamento gramsciano, no dizer de Norberto Bobbio, é um dos pontos rebatidos por Bianchi. Bianchi reafirma a importância do nexo da superestrutura com a estrutura (BIANCHI, 2008, p. 133) como ponto de maior relevância a partir da centralidade do prefácio de 1859 à *Contribuição da Crítica à Economia Política*, de Marx, para seu pensamento.

Normalmente, Gramsci é apresentado como teórico da democracia liberal e do consenso no que tange à sociedade civil - tese que retoma elementos da interpretação de Bobbio e permite uma aproximação com o conceito congênere na perspectiva habermasiana. Bianchi mostra como os próprios escritos gramscianos articulam uma unidade dialética entre a sociedade política e a sociedade civil. A apropriação gramsciana da metáfora maquiaveliana do centauro nos coloca essa unidade: sem a parte ferina e sem a parte humana, o personagem mitológico não existe. A coerção, normalmente associada ao Estado, não está confinada a este. Bianchi lembra o argumento de alguns autores referentes à *bad civil society* - o desenvolvimento de práticas e grupos autoritários e violentos no seio da sociedade civil, como ocorrera na República de Weimar e no período do fascismo

na Itália - e dos cadernos carcerários do próprio Gramsci que remetem à violência nos domínios privados para sustentar que não é só o consenso que opera neste âmbito (BIANCHI, 2008, p. 179-180, 197-198).

As metáforas envolvendo a guerra de posição e a guerra de movimento conduzem a um raciocínio não esquemático sobre a luta política. A unidade entre ambas está caracterizada no entendimento de Gramsci de que a opção por uma não implica no cancelamento da outra (BIANCHI, 2008, p. 207). A primeira, característica da luta revolucionária no “Ocidente” - outra metáfora, uma vez que aqui o referencial não é geográfico. O “Ocidente” remete à luta política em sociedades civis mais complexas. A segunda, tal como ocorrera na Rússia, implica em conjuntura histórica diversa do primeiro caso. Cabe ressaltar também que a distinção entre “Ocidente” e “Oriente” também é metodológica.

A unidade entre revolução e restauração remete à categoria gramsciana de revolução passiva, “traduzida” a partir da abordagem original do historiador napolitano Vincenzo Cuoco (BIANCHI, 2008, p. 255-256). Um processo passivizador das demandas de parcela dos grupos subalternos em um contexto de reformas, revoluções ou guerras, com ênfase em perspectiva coercitiva do Estado, com acordo entre uma fração dominante ascendente modernizadora e outra fração dominante conservadora; a cooptação modernizadora com atendimento a demandas de alguns grupos subalternos no quadro de uma hegemonia incompleta. Tal categoria ocupou um papel central no empreendimento gramsciano da análise da história europeia e italiana (BIANCHI, 2008, p. 255).

Os títulos mencionados dos capítulos conduzem linhas de argumentos relevantes para compreender não somente Gramsci em perspectiva rigorosa, como também uma importante contribuição no sentido de apreender algumas de suas fontes na elaboração de seu *opus* prisional. Tais fontes são significativas para a compreensão de Gramsci em perspectiva mais ampla. Algo que transcenda, no caso do Brasil, o escopo tradicionalmente circunscrito somente a Maquiavel no âmbito da cultura italiana. Autores referenciados no livro, como Gentile, Guicciardini, Croce, Gioberti, Cuoco, De Sanctis, são exemplares de toda uma gama de referências, fontes de Gramsci, e ligados, de algum modo, à cultura italiana. Todos

ou quase todos desconhecidos do público brasileiro, mas trabalhados ao longo do argumento desenvolvido por Bianchi em seu livro. Essa contribuição é uma das mais marcantes para justificar a confecção dessa obra.

Completa esse esforço de Alvaro Bianchi, a atenção aos estudos mais recentes contemplados em toda uma literatura, particularmente italiana, que abarca seminários sobre o léxico gramsciano, as suas fontes, enfim, tudo o que poderia ser resumido em poucas palavras em uma metodologia genético-diacrônica que busca reconstruir tanto quanto possível a gênese do pensamento do autor italiano em pauta. A discussão de toda a distorção da obra gramsciana proporcionada pelas antologias e edições temáticas que sugerem falsamente um trabalho sistemático concretizado na prisão é ponto principal. No sentido contrário, Bianchi aponta justamente o cuidado que se deve ter com a obra prisional gramsciana; seus diferentes ritmos de elaboração, suas distintas temporalidades e o movimento interno de seu desenvolvimento, incompleto e não sistemático; cuidados relevantes como incorporação e reelaboração de categorias por Gramsci em seu “laboratório” penitenciário, como, por exemplo, o uso de aspas para conceitos estranhos ao seu arcabouço conceitual; posteriormente, a incorporação por Gramsci de tais conceitos em uma nova “tradução” - uma adaptação para um contexto cultural e histórico particular (BARATTA, 2004, p. 234) - e reformulação sem as mencionadas aspas (BIANCHI, 2008, p. 52). Outro ponto é a importância do uso da edição crítica organizada por Valentino Gerratana e publicada a partir de 1975, na qual se evidencia o caráter fragmentário e inconcluso dos seus cadernos carcerários e a distinção da primeira redação nos textos classificados como “A”, na primeira redação, “C”, na segunda redação, e “B”, em redação única - todos esses pontos apenas como alguns exemplos.

Tão incompletos como sua obra, os caminhos deixados por Gramsci e seu “laboratório” não têm fim, devido à provisoriedade (BIANCHI, 2008, p. 301) dos resultados da pesquisa reiterada pelo próprio Bianchi e pela potencialidade já expressa e a ser ainda mais desenvolvida pelo legado da obra do comunista sardo ●

Referências

- BARATTA, G. *As rosas e os cadernos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BIANCHI, A. *Croce, Gramsci e autonomia da política*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 29, p. 15-30, nov. 2007.
- BIANCHI, A. *Hegemonia em construção*. São Paulo: Xamã, 2001.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*, São Paulo: Alameda, 2008.
- BIANCHI, A. *O primado da política*. Outubro, São Paulo, n. 5, p. 101-115, 2000.
- DIAS, E. F. *Política brasileira*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

* Professor Adjunto I do Mestrado em Ciência Política da UFPI; coordenador de grupo de estudos e pesquisas sobre Gramsci na mesma universidade; bolsista e pesquisador visitante do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

DICAS DE LIVROS



Obra: A atualidade do pensamento de Celso Furtado
Orgs: Marcos Costa Lima e Maurício Dias David
Editora: Verbena
Ano: 2008

"(...) importância que tem Celso Furtado não apenas para a economia brasileira, mas para a economia latino-americana e internacional, faz com que tantos intelectuais queiram não apenas resgatar, reavivar, reatualizar, re-problematizar a sua contribuição, o que dá uma medida da riqueza e densidade teórica de seu pensamento".

Trecho da apresentação da obra por seus organizadores.



Obra: Políticas para arranjos produtivos locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal
Orgs: Valdênia Apolinário e Maria Lussieu da Silva
Editora: EDUFRN
Ano: 2010

"A economia mundial vive um processo de transformação no qual se testemunham mudanças do peso relativo das economias centrais, dos fluxos de comércio, dos eixos de formação de preços de bens, serviços, ativos e dos fluxos de capital. Enquanto os países do centro experimentam a ressaca de uma grave crise financeira e conseqüentes dificuldades financeiras e fiscais, vê-se a periferia emergir, impulsionando o crescimento mundial. As economias em desenvolvimento são hoje as grandes fronteiras de crescimento, contrariando, assim, tendências seculares em que vinham a reboque".

Trecho do prefácio, por Luciano Coutinho



Obra: Foices & Facções - A Batalha do Genipapo
Autores: Bernardo Aurélio e Caio Oliveira
Editora: Halley S.A.
Ano: 2009

Adaptação pioneira para história em quadrinhos da Batalha do Genipapo, ocorrida na cidade piauiense de Campo Maior em 13 de março de 1823. Os autores são o historiador Bernardo Aurélio - presidente do Núcleo de Quadrinhos do Piauí e organizador, há mais de dez anos, do maior evento de quadrinhos do Estado, a **Feira HQ** -; e Caio Oliveira, formado pelo Curso de Quadrinhos da Quanta Academia de Artes/SP. Para entrar em contato com autores: bernardohq@hotmail.com, nucleodequadrinhos.pi@gmail.com.

NOTAS

♦As professoras do Departamento de Ciências Econômicas, Maria do Socorro Lira Monteiro e Juliana Portela do Rego Monteiro apresentarão o trabalho "Agricultura Urbana em Teresina: Hortas Comunitárias e Geração de Emprego e Renda" no Congresso Internacional Agricultura Urbana e Sustentabilidade, que acontecerá em Seixal, Portugal, nos dias 7 e 8 de abril. O Congresso é promovido pelo município de Seixal, numa parceria com as Escolas Nacional de Saúde Pública, da Universidade Nova de Lisboa, e Superior Agrária de Coimbra. A professora Socorro Lira é Coordenadora do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI) e da Rede PRODEMA.

♦ Nossos agradecimentos pela autorização de Gil X para uso de charge de sua autoria que se encontra na primeira página da presente edição.

♦ Números anteriores das publicações do Curso de Economia - **Informe Econômico** e **Texto de Discussão** -, bem como informações sobre o referido Curso, encontram-se no *site* da UFPI, na página do DECON: www.ufpi.br/economia.

♦Em face da entrada em vigor das novas regras ortográficas, os artigos foram revisados, respeitando-se o estilo individual da linguagem literária dos autores (seja culto ou coloquial), conforme a 5.ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2009), aprovado pela Academia Brasileira de Letras.

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 12 - n. 25 - mar. 2011

Reitor UFPI: Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

Diretor CCHL: Prof. Dr. Pedro Vilarinho

Chefe DECON: Prof. Ms. João Soares da Silva Filho

Coord. Curso Economia: Profª Ms. Janaina Vasconcelos

Site DECON: <http://www.ufpi.br/economia>

Coord. do Projeto Informe Econômico:

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (s.olima@bol.com.br)

Conselho Editorial: Prof. Dr. Antonio Carlos de

Andrade/UFPI, Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz

Puscas/UFPI, Profª Drª Socorro Lira/UFPI, Prof. Dr.

Solimar Oliveira Lima/UFPI, Prof. doutorando Samuel

Costa Filho/UFPI, Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto/

UFBA, Prof. Dr. Wilson Cano/UNICAMP,

Econ. Ms. Zilneide O. Ferreira.

Coord. Publicação e Diagramação:

Economista Enoisa Veras (enoisa@hotmail.com)

Revisão: Economista Zilneide O. Ferreira

(zilneide@terra.com.br)

Projeto Gráfico: MHeN

Jornalista Responsável: Prof. Dr. Laerte Magalhães

Endereço para Correspondência:

Universidade Federal do Piauí - CCHL - DECON

Campus Ininga - Teresina-PI - CEP.: 64.049-550

Fone: (86) 3215-5788/5789/5790 - Fax.: 86 3215-5697

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica UFPI



